



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS APLICADAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

GLÁUCIA SILVEIRA DE OLIVEIRA

REMEMORAR:
MEMÓRIA ARQUITETÔNICA DE MORADAS DE JUAZEIRO DO NORTE (1827 -
1970)

PAU DOS FERROS

2024

GLÁUCIA SILVEIRA DE OLIVEIRA

REMEMORAR:

**MEMÓRIA ARQUITETÔNICA DE MORADAS DE JUAZEIRO DO NORTE (1827 -
1970)**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Damiano Esdras Araujo Arraes.

PAU DOS FERROS

2024

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

O45r Oliveira, Gláucia Silveira de.
 Rememorar: Memória arquitetônica de moradas de
 Juazeiro do Norte (1827 - 1970) / Gláucia
 Silveira de Oliveira. - 2024.
 108 f. : il.

 Orientador: Damião Esdras Arraujo Arraes.
 Monografia (graduação) - Universidade Federal
 Rural do Semi-árido, Curso de Arquitetura e
 Urbanismo, 2024.

 1. Memória. 2. Arquitetura. 3. Morada popular.
 I. Arraes, Damião Esdras Arraujo, orient. II.
 Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Biblioteca Campus Pau dos Ferros
Bibliotecária: Erlanda Maria Lopes da Silva
CRB: 15/966

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

GLÁUCIA SILVEIRA DE OLIVEIRA

**REMEMORAR: MEMÓRIA ARQUITETÔNICA DE MORADAS DE JUAZEIRO
DO NORTE (1827-1970)**

Monografia apresentada à Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como
requisito para obtenção do título de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Defendida em: 22 / 10 / 2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **DAMIAO ESDRAS ARAUJO ARRAES**
Data: 24/10/2024 08:13:33-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Damião Esdras Araujo Arraes, Prof. Dr. (UFERSA)
Presidente

Documento assinado digitalmente
 **GABRIEL LEOPOLDINO PAULO DE MEDEIROS**
Data: 23/10/2024 21:13:05-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros, Prof. Dr. (UFERSA)
Membro examinador interno

Documento assinado digitalmente
 **ANNA CRISTINA ANDRADE FERREIRA**
Data: 23/10/2024 07:16:42-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Anna Cristina Andrade Ferreira, Prof. Dra. (UFERSA)
Membro Examinador interno

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A capitania do Ceará e suas vilas (1700-1822).	28
Figura 2 - As estradas das boiadas.	29
Figura 3 - As estradas coloniais do Ceará em 1817.	30
Figura 4 - Localização do sítio “Joazeiro”.	32
Figura 5 - Igreja Matriz Nossa Senhora das Dores atualmente.	33
Figura 6 - Ilustração da formação de Juazeiro.	35
Figura 7 - Jornal “O Rebate” em 1909.	38
Figura 8 - Paisagem urbana marcadamente horizontal de casas térreas.	39
Figura 9 - Jagunços e romeiros defensores do Juazeiro sentados nas trincheiras dos valados, tendo ao centro, o Dr. Floro Bartolomeu em trajes de combate.	40
Figura 10 – Canhão capturado pelas forças revoltosas de romeiros do Pe. Cícero e alguns jagunços dos coronéis.	41
Figura 11 - Inauguração da linha ferroviária em Juazeiro do Norte (1926).	42
Figura 12 - Pavimentação das principais ruas de Juazeiro (1919).	43
Figura 13 - Centro da cidade na década de 1930.	44
Figura 14 - Inauguração da coluna da hora em 1935.	45
Figura 15 - Coluna da hora na atual praça Padre Cícero.	45
Figura 16 - Vista panorâmica de Juazeiro em 1954.	46
Figura 17 - Feira de Juazeiro do Norte em 1962.	46
Figura 18 - Distribuição dos espaços internos das moradas do Piauí.	51
Figura 19 – Configurações da modernização de fachadas de casas térreas.	52
Figura 20 - Sobrado na Rua do Amparo, Olinda, século XVII.	53
Figura 21 – Fachada frontal da Academia Paraense de Letras.	55

Figura 22 – Fachada frontal de casas com porão alto.	55
Figura 23 – Palacete do Conde Alexandre Siciliano como exemplo de uma casa em bairro-jardim em São Paulo.	58
Figura 24 - Fachada da Casa 126, a primeira casa do Padre Cícero.	63
Figura 25 - Padre Cícero abençoando os fiéis na porta da sua casa em 1920.	64
Figura 26 - Vista dos sobrados em 1980.	66
Figura 27 - Sobrados 120 e 11, respectivamente, ao lado da primeira casa do Padre Cícero.	66
Figura 28 - Fachada da Casa 362, o Solar dos Bezerra de Menezes.	67
Figura 29 – Casa de Joaquim de Paula finalizada, em 1923, cuja fachada se encontra atrás da árvore.	68
Figura 30 - Detalhe das janelas e platibandas.	68
Figura 31 - Detalhe da porta e dos arcos.	68
Figura 32 - Fachada da casa 134 ou Casa da Arandela.	69
Figura 33 - Arcos no interior da casa, fazendo a divisão dos cômodos.	70
Figura 34 - Porta original interna.	70
Figura 35 - Janela original.	70
Figura 36 - Madeiramento original de carnaúba.	70
Figura 37 - Ladrilho quadriculado.	71
Figura 38 - Ladrilho externo.	71
Figura 39 - Ladrilho florido.	71
Figura 40 - Ladrilho em pontos.	71
Figura 41 - Ladrilho em cruz.	71
Figura 42 - Ladrilho verde e amarelo.	71

Figura 43 - Fachada do Casarão Padre Cícero.	73
Figura 44 - Porta de madeira.	73
Figura 45 - Janela de madeira.	73
Figura 46 - Arco com esquadria de madeira.	74
Figura 47 - Beiral e pilastras da varanda.	74
Figura 48 - Ladrilho quadrados.	74
Figura 49 - Ladrilho cruz.	74
Figura 50 - Ladrilho losango.	75
Figura 51 - Ladrilho Copacabana.	75
Figura 52 - Vista do pátio externo.	75
Figura 53 - Sala de banho e sanitário isolados no fundo do quintal.	75
Figura 54 - Fachada da Casa 376 ou Casarão dos Viana.	76
Figura 55 - Lateral da Casa 376.	77
Figura 56 - Ladrilho externo da Casa 376.	77
Figura 57 – Escadaria com dimensão original da Casa 376.	77
Figura 58 - Vão do térreo da Casa 376.	78
Figura 59 - Forro e piso de madeira da Casa 376.	78
Figura 60 - Fachada da Casa 286.	79
Figura 61 - Detalhe das janelas e guarda-corpo.	79
Figura 62 - Lateral da Casa 286.	79
Figura 63 - Fachada do Sobrado 203.	81
Figura 64 - Detalhe das janelas do Sobrado 203.	81
Figura 65 - Fachada da Casa 308.	82

Figura 66 - Ladrilho em X.	83
Figura 67 - Ladrilho quadriculado.	83
Figura 68 - Esquadrias originais de madeira.	83
Figura 69 - Arco interno.	83
Figura 70 - Fachada da Casa 464.	85
Figura 71 – Platibanda com elementos decorativos em relevo.	85
Figura 72 - Fachada do Bangalô 436.	86
Figura 73 - Lateral do Bangalô 436.	87
Figura 74 – Vão frontal do Bangalô 436.	87

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Indicação da área de estudo no mapa da cidade de Juazeiro do Norte.	11
Mapa 2 – Localização da cidade de Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.	24
Mapa 3 – Localização da área de estudo no mapa de Juazeiro do Norte.	60
Mapa 4 – Demarcação da área de estudo.	61
Mapa 5 – Localização das residências estudadas.	62
Mapa 6 – Localização da Casa 126.	63
Mapa 7 – Localização do Sobrado 110.	65
Mapa 8 – Localização do Sobrado 120.	65
Mapa 9 – Localização da Casa 362.	67
Mapa 10 – Localização da Casa 134.	69
Mapa 11 – Localização do Casarão Padre Cícero.	72
Mapa 12 – Localização da Casa 376.	76
Mapa 13 – Localização da Casa 286.	78
Mapa 14 – Localização do Sobrado 203.	80
Mapa 15 – Localização da Casa 286.	82
Mapa 16 – Localização da Casa 464.	84
Mapa 17 – Localização do Bangalô 436.	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Crescimento da população de Juazeiro do Norte.	37
Quadro 2 – Moradas reconhecidas como patrimônio municipal de Juazeiro do Norte.	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Bel	Bacharel
CE	Ceará
Dr	Doutor
IES	Instituição de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
Pe	Padre Cícero
Prof	Professor
RN	Rio Grande do Norte
UF	Unidade Federativa
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido

LISTA DE SÍMBOLOS

@	Arroba
©	Copyright
®	Marca registrada
%	Porcentagem
\$	Cifrão

AGRADECIMENTOS

A Deus, que com infinita sabedoria e amor guiou meus passos não apenas nos anos universitários, mas em cada momento da minha vida, sendo o maior e mais generoso mestre que poderia conhecer. A Ele, minha gratidão profunda por permitir que este sonho se realizasse.

Aos meus pais, Washington e Fátima, e à minha irmã, Glenda, que foram meu porto seguro. Nos momentos difíceis, suas palavras e gestos de carinho foram o alicerce que me manteve firme. Sem o apoio incansável e o amor demonstrado ao longo dessa jornada, nada disso seria possível. A vocês, minha eterna gratidão.

Aos meus queridos parentes, que de tantas formas contribuíram para minha caminhada, deixo minha mais sincera mensagem de agradecimento. Suas presenças constantes, mesmo que às vezes silenciosas, foram pilares de força e coragem.

Aos meus amigos, companheiros de vida, que me acolheram com paciência e compreensão quando a ausência era inevitável. Sua amizade, pura e incondicional, foi um respiro de leveza em meio aos desafios. A vocês, meu coração se enche de gratidão.

Ao meu companheiro Gabriel, que foi equilíbrio e refúgio. Você foi minha fortaleza, desafiando-me a crescer e, ao mesmo tempo, sendo meu lugar de paz. Sou infinitamente grata pelo amor e apoio em cada passo dessa caminhada.

Aos colegas de curso, que compartilharam comigo esses intensos anos de convivência e aprendizado mútuo. Pelo companheirismo e pelas trocas valiosas que me permitiram crescer como pessoa e como futura profissional, meu agradecimento de coração.

Ao professor Esdras, meu orientador, por sua dedicação generosa e pela amizade que tornaram esse processo tão enriquecedor. Seu empenho e comprometimento fizeram toda a diferença, e sou profundamente grata por tê-lo ao meu lado nessa jornada.

Aos professores que me acompanharam ao longo do curso, mestres que, com paixão e empenho, me ensinaram que a arte de educar vai muito além das palavras. A cada um de vocês, meu sincero reconhecimento e admiração.

E, por fim, à Universidade À Universidade, por abrir não apenas suas portas, mas também horizontes, mostrando-me que o aprendizado vai além das salas de aula.

RESUMO

A presente pesquisa realiza uma análise detalhada da memória arquitetônica de Juazeiro do Norte, no estado do Ceará, com foco em residências históricas construídas entre 1827 e 1970. A pesquisa busca compreender de que maneira a história social e cultural da região se manifesta nos espaços domésticos e no processo de urbanização. Com base no entorno do núcleo original da cidade, atualmente representado pela Praça Padre Cícero, o estudo examina exemplares remanescentes dessas edificações, destacando as transformações ocorridas na paisagem urbana e os desafios relacionados à preservação do patrimônio arquitetônico. O objetivo central é resgatar e caracterizar a memória histórica e arquitetônica dessas residências, ressaltando suas contribuições para a formação da identidade cultural da cidade, ao mesmo tempo em que discute a necessidade de conciliar preservação e desenvolvimento urbano. Assim, propõe-se uma abordagem historiográfica que concilia a perspectiva popular sobre a memória social coletiva com o reconhecimento histórico da cidade de Juazeiro do Norte.

Palavras-chave: Memória. Arquitetura. Morada popular.

ABSTRACT

The present research provides a detailed analysis of the architectural memory of Juazeiro do Norte, located in the state of Ceará, focusing on historical residences built between 1827 and 1970. The study aims to understand how the social and cultural history of the region is manifested in domestic spaces and the urbanization process. Centered on the original core of the city, currently represented by Praça Padre Cícero, the research examines surviving examples of these buildings, highlighting the transformations in the urban landscape and the challenges related to the preservation of architectural heritage. The main objective is to recover and characterize the historical and architectural memory of these residences, emphasizing their contributions to the formation of the city's cultural identity, while discussing the need to balance preservation and urban development. Therefore, a historiographical approach is proposed that reconciles the popular perspective on collective social memory with the historical recognition of the city of Juazeiro do Norte.

Keywords: Memory. Architecture. Popular residence.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A MEMÓRIA ARQUITETÔNICA	16
2.1. Estudos sobre a “memória”	16
2.2. Registros de lugares de memória	18
2.3. A memória arquitetônica	20
3. A HISTÓRIA DA URBANIZAÇÃO DE JUAZEIRO DO NORTE	21
3.1. História da urbanização: capela, freguesia, vila e cidade	22
3.2. História da urbanização do Ceará	25
3.3. Juazeiro do Norte: da capela (1827) à cidade (1914)	29
4. MEMÓRIA ARQUITETÔNICA DAS MORADAS	44
4.1. Arquitetura das moradas	44
4.2. Moradas do centro da cidade de Juazeiro do Norte	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICES	
APÊNDICE A – Mapa da localização da cidade de Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.	87
APÊNDICE B – Entrevista da Casa 134.	88
APÊNDICE C – Representação da planta baixa interna original da Casa 134.	90
APÊNDICE D – Planta baixa interna do Casarão do Padre Cícero.	91
APÊNDICE E – Planta baixa da Casa 308.	92
ANEXOS	
ANEXO A - Documento referente ao reconhecimento de Patrimônio Municipal de Juazeiro Do Norte (Decreto N° 459, De 27 De Maio De 2019).	93

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se refere ao estudo de casas históricas localizadas em Juazeiro do Norte, cidade hoje situada no sertão do Cariri do estado do Ceará. Busca-se tecer comentários sobre a memória arquitetônica da cidade a partir de exemplares remanescentes edificados na longa duração, entre os anos de 1827 a 1970. A história social e a cultura daquele sertão se refletem diretamente nos espaços arquitetônicos domésticos e na produção dos espaços públicos. Diante disso, é preciso conhecer a história da urbanização nos processos de crescimento da cidade para, assim, analisar alguns exemplares de casas.

O motivo do recorte temporal da pesquisa se fundamentou no surgimento do núcleo de povoamento até a emancipação de “Joaseiro” ao status de cidade, desanexada da cidade do Crato, à qual pertencia desde 1827, ano de sua criação como distrito de Tabuleiro Grande. A arquitetura residencial do município entre os anos de 1827 e 1970 é caracterizada por uma pluralidade de ornamentos e formas espaciais que podem se repetir ou não.

A função primeira da casa é proporcionar refúgio, protegendo seus moradores das intempéries do clima; mas, além disso, ela também se torna espaço de afetos e memórias, moldado conforme as necessidades e gostos de quem a habita. As características de uma casa muitas vezes traduzem não apenas as necessidades práticas de seus habitantes, mas também as influências culturais diversas, sociais e econômicas. Infelizmente, a valorização do patrimônio histórico nem sempre é considerada como política básica dos órgãos competentes, o que acaba resultando no esquecimento da produção arquitetônica e na perpetuação desse legado material para a posteridade. Isso foi o que acabou acontecendo com o município de Juazeiro do Norte, quando, em 1911, houve um *boom* populacional que levou inúmeras pessoas a fixarem residência na cidade devido a diferentes motivos, especialmente relativos à procura de região em desenvolvimento econômico (Della Cava, 2014, p. 59-60).

A área de estudo deste trabalho concentra-se no entorno do núcleo original de Juazeiro do Norte, onde atualmente se localiza a praça Padre Cícero (Mapa 1). O motivo da escolha dessa área ocorreu por seu significado histórico e, por isso, possui remanescentes de espaços e construções antigas, principalmente moradas, facilitando a compreensão da memória arquitetônica, social e da urbanização de Juazeiro do Norte. Além disso, quatro das doze residências escolhidas foram tombadas segundo o decreto nº 459 de 27 de maio de 2019 pela Prefeitura de Juazeiro do Norte que, ao reconhecer o valor dessas edificações, visa protegê-las

memória familiar e social materializada em suas formas tectônicas. Ressignificar o legado da cultura material¹ funciona como chave de leitura que abre as narrativas das comunidades elaboradas ao longo do tempo. Conhecer a história da arquitetura e da cidade que os antepassados construíram não nos oferece apenas uma ligação tangível com a memória, mas também transmite um senso de continuidade e herança às próximas gerações.

A historiadora Emília Viotti da Costa (2014) relatou, durante o ciclo de debates realizado na “10a Quinzena, dos 50 anos do Golpe de 64”, que “um povo sem memória é um povo sem história.” E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado. O entendimento do passado como vivo é essencial para estreitar os nexos com o presente e orientar ações futuras. Ao reconhecer as raízes históricas de Juazeiro do Norte, a sociedade local pode aprender com as experiências passadas, celebrar suas conquistas e enfrentar os desafios com uma perspectiva substanciada na memória. Estudar e transmitir o significado das casas na formação urbana desta cidade do Cariri é, igualmente, uma maneira palpável de semear as memórias individual e coletiva, garantindo que as gerações atuais e futuras possam se conectar com as narrativas que moldaram suas realidades.

O objetivo geral do presente trabalho é caracterizar alguns exemplares de casas da cidade de Juazeiro do Norte em perspectiva histórica e que surgiram entre 1827-1970 a fim de resgatar a memória histórica e arquitetônica do município. Os objetivos específicos são: a) entender a ideia de memória e, em alguma medida, aplicá-la à arquitetura e ao urbanismo; b) estudar a história da urbanização do Ceará e da cidade de Juazeiro do Norte em longa duração; c) examinar a conformação dos espaços domésticos existentes no Brasil, com foco no Nordeste; d) descrever de forma breve exemplares arquitetônicos remanescentes de moradas (casas térreas e sobrados) em Juazeiro do Norte, tendo como foco a configuração dos espaços domésticos e elementos decorativos de suas fachadas.

Este estudo tem caráter explicativo acerca da memória e história da urbanização e da arquitetura de Juazeiro do Norte-CE. Para conceituar a memória, o trabalho de Jacques Le Goff “História e Memória” (1990) é utilizado para estabelecer a diferença epistemológica entre o significado de “memória” e “história”. Em “Memória e sociedade: lembranças de velhos” (1987) da psicóloga Ecléa Bosi, o tema “memória” é abordado de maneira afetuosa, sublinhando as lembranças vividas por um grupo etário em um contexto temporal e espacial. Em “A memória coletiva” (1990), Maurice Halbwachs argumenta que a memória individual é

¹ A cidade, a arquitetura e a paisagem são aqui consideradas elementos da cultura material.

moldada e construída pelo contexto social, destacando a importância da influência coletiva. Para entender o contexto da urbanização e da arquitetura brasileira no período entre 1827-1970, serão empregadas as reflexões de Murillo Marx (1991), Clóvis Ramiro Jucá Neto (2007) e de Damião Esdras Araujo Arraes (2012, 2017). A obra de Ralph Della Cava, “O Milagre de Juazeiro” (2014), foi uma das principais fontes bibliográficas empregadas para o estudo da história urbana de Juazeiro do Norte e a influência do Padre Cícero na região. Em termos de arquitetura residencial, o basilar é o livro de Günter Weimer, “Arquitetura popular brasileira” (2005), e as obras clássicas “Quadro da arquitetura no Brasil” (2000), de Nestor Goulart Reis Filho, e “História da casa brasileira”, de Carlos Lemos (1989). Estas obras foram utilizadas para compreender as modalidades de casas edificadas no Brasil, com foco no Nordeste e em seus sertões.

Além da bibliografia especializada, as fontes de pesquisa documental se circunscrevem nos acervos da biblioteca digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); documentos e fotografias sobre a história da cidade de Juazeiro do Norte, obtidos no acervo do Memorial Padre Cícero e no catálogo do acervo museológico da cidade; entrevista realizada com perguntas voltadas ao tema com descendente² de uma das casas, a fim de reunir fragmentos de memória e afeto ao lugar; e fotografias autorais e atuais das residências estudadas. A história da urbanização da área de estudo se vale do emprego de mapas temáticos desenhados a partir de imagens retiradas do Google Earth e vetorizadas nos softwares QGis e AutoCad. Foram feitas visitas à área estudada para fotografar as residências, colher informações sobre as características arquitetônicas e experienciar os espaços domésticos quando possível. As plantas baixas das moradas aqui representadas foram feitas por *croqui* a partir da experiência visual *in loco* da autora e, por esse motivo, não estão no corpo do texto e sim, em apêndices.

O recorte espacial analisado está no bairro do Centro, nas redondezas onde atualmente fica localizada a Praça Padre Cícero, lugar onde a primeira capela foi edificada no início do século XIX. Com relação à cronologia selecionada por este trabalho, optou-se pela longa duração (Cf. Braudel, 2016), iniciando em 1827 até 1970. Conforme os estudos de Marx (1991), o primeiro momento refere-se à sacralização do território para a construção de edifício religioso, já o último ano foi escolhido por já existir arquitetura moderna na cidade e pelas constantes transformações da paisagem urbana, passando a ser predominantemente comercial, quando antes seu uso era preferencialmente residencial.

² Os nomes foram ocultados para preservar a identidade das pessoas entrevistadas.

Isso posto, o trabalho está dividido em três capítulos complementares: o primeiro trata das questões da memória. No segundo, estuda-se a história da urbanização em duas escalas geográficas: a macroescala do Ceará e a microescala dedicada à cidade de Juazeiro do Norte. Nesse capítulo, o recorte temporal se subsume em duas cronologias: i) da fundação da capela (1827) ao estabelecimento da cidade (1914); b) a cidade de Juazeiro entre o período de 1914 até 1970. A última parte diz respeito ao estudo de residências, com descrições breves de suas qualidades ornamentais e arquitetônicas. A finalidade primeira da análise residencial envolve não o tornar objeto exclusivo de registro arquitetônico, mas convertê-lo em “lugar de memória” para a posteridade e estudos futuros.

Essa lembrança que nos vem às vezes...
folha súbita
que tomba
abrindo na memória a flor silenciosa
de mil e uma pétalas concêntricas...
Essa lembrança... mas de onde? de quem?
Essa lembrança talvez nem seja nossa,
mas de alguém que, pensando em nós, só possa
mandar um eco do seu pensamento
nessa mensagem pelos céus perdida...
Ai! Tão perdida
que nem se possa saber mais de quem!

Mario Quintana

2. MEMÓRIA ARQUITETÔNICA

2.1. Estudos sobre a “Memória”

De acordo com o dicionário Houaiss (2009), a memória é definida como “a faculdade de conservar e lembrar estados de consciência passados e tudo quanto se ache associado aos mesmos”. Para Ecléa Bosi (1987, p. 9), “a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações”. Essa autora, em seu livro “Memória e sociedade: lembranças de velhos”, articula a memória sob dois aspectos - a social (grupal) e a individual, que também serão exploradas neste capítulo por outros autores. Segundo Bosi (1987, p. 336),

As lembranças grupais se apoiam umas às outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecermos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência.

Para preservar as lembranças e construir uma narrativa coletiva, é significativo o compartilhamento de experiências dentro de um grupo, fato que solidifica sua memória. Por outro lado, Bosi (1987, p. 335) também destaca que a memória individual é mais fiel que a coletiva, pois na primeira, o indivíduo presencia o acontecimento, podendo transmiti-lo para o grupo e, assim, contribuir para a construção da memória coletiva; enquanto a memória social pode sofrer alterações, preconceitos, tendências e correções. Alinhando seu pensamento ao de Maurice Halbwachs, ela comenta:

Para Halbwachs, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo. Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado. (Bosi, 1987, p.335)

Enquanto Bosi argumenta que a memória individual é mais fiel que a grupal, Halbwachs (1950 *apud* Bosi, 1987, p. 335) informa que a memória individual é influenciada pela coletiva, e vários fatores podem alterar a lembrança individual, como novas perspectivas, valores e narrativas. Então, para o sociólogo francês, trata-se de um processo de reconstrução que deve ser analisado em dois aspectos: a memória (i) não é uma entidade simples e linear, mas complexa e multifacetada; (ii) se diferencia dos acontecimentos e vivências que, em um

determinado tempo, espaço e relações sociais. Em sua obra “A memória coletiva” (1950), Halbwachs afirma que a memória individual é moldada de acordo com o contexto social; por isso, há a necessidade de ligar afeto à memória para que as ações humanas operadas em sociedade sejam rememoradas. Nesse sentido, ele comenta:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (Halbwachs, 1950, p.34)

Para Halbwachs (1950), há interconexão entre a memória individual e a memória coletiva, pois a lembrança de um acontecimento passado é a reconstrução de uma narrativa com base em elementos compartilhados em um grupo social comum, sendo necessário a concordância, pontos comuns e continuidade na interação social. No entanto, para recordar um evento passado, não é necessário que apenas outros se lembrem dele para que um indivíduo possa rememorá-lo, e sim que este traga consigo vestígios de ações e objetos para um grupo e, assim, compartilhem as lembranças e construam memórias.

Nesse aspecto, para Halbwachs (1950, p. 55), além da memória coletiva (ou social) e individual (ou pessoal), também há a memória biográfica e a histórica. Em suas palavras: “A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira.” (Halbwachs, 1950, p. 55). Ou seja, a memória histórica é espaçada e descontínua, sendo importante para buscar, nos eventos passados, “respostas” para o presente, visto que a história é a combinação de fatos que acabam ocupando maior espaço na memória da sociedade. A história, no entanto, seleciona os acontecimentos seguindo necessidades e regras impostas por um determinado contexto cultural e político, o que pode resultar no esquecimento de certos grupos sociais (Halbwachs, 1950, p. 55)

Em “História e memória”, Jacques Le Goff (1990) define a memória como um conjunto de formações psíquicas que remetem a informações passadas a fim de conservá-las. O historiador francês discorre sobre as modalidades de memória a partir das definições propostas

pelo antropólogo André Leroi-Gourhan: a específica, a étnica e a artificial. A primeira define o comportamento de espécies animais; a segunda garante a repetição dos comportamentos nas sociedades humanas; a última é a eletrônica, que reproduz os atos mecânicos. De acordo com Leroi-Gourhan (1964-65, *apud* Le Goff, 1990, p.368), a memória étnica é a que surge com o advento da escrita, possibilitando o registro dos feitos humanos na história – como os arquivos de pedra, as folhas de palmeira, o papiro, o pergaminho e finalmente, o papel – e a partir deles, perpetuar uma memória coletiva e social como uma forma de pertencimento e da luta pelo poder.

Le Goff (1990, p. 368) afirma que “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”. A memória social refere-se à forma como as memórias individuais se entrelaçam e são compartilhadas em sociedade, sendo possível observar como certos eventos, narrativas e símbolos são lembrados, retratados e transmitidos ao longo do tempo como forma de construir identidades (Le Goff, 1990, p. 410). A memória social pode estar sujeita a mudanças, dependendo de uma variedade de fatores, como mudanças políticas, sociais e culturais, bem como narrativas dominantes ou contra narrativas que emergem dentro de uma comunidade (Le Goff, 1990, p. 410). Para Leroi-Gourhan (1964-65, *apud* Le Goff, 1990, p. 396), os processos de mudança da memória dependem do avanço social e das modificações urbanas.

2.2. Registros de lugares de memória

Pierre Nora (*apud* Le Goff, 1990, p.407-408) argumenta que a história alimenta o estudo dos “lugares” da memória coletiva, como lugares topográficos (arquivos, museus e bibliotecas), lugares monumentais (cemitérios, arquiteturas), lugares simbólicos (comemorações, peregrinações, aniversários), lugares funcionais (manuais, autobiografias). Por meio desses lugares, a memória é registrada e propagada, a fim de que a história não seja esquecida mesmo em momentos de acirrada disputa política sobre determinado lugar.

Além desses, a fotografia materializa eventos passados que podem ser rememorados individual e coletivamente. A capacidade de captar imagens visuais de forma precisa e acessível revolucionou a maneira como as pessoas documentavam suas vidas, comunidades e eventos históricos. Assim, a fotografia democratizou a memória ao permitir que pessoas comuns registrassem e preservassem seus próprios momentos significativos, além de proporcionar uma

nova forma de comunicação visual que transcende barreiras linguísticas e culturais (Le Goff, 1990, p. 402).

As fotografias são lugares de memória que permitem a visualização de arquiteturas inexistentes. São ótimas fontes de reconstrução de espacialidades históricas das cidades. Além disso, as imagens capturam detalhes removidos por circunstâncias variadas, a plasticidade e as formas que podem ter sido alteradas ou perdidas ao longo dos anos. Os registros fotográficos têm o poder de evocar memórias afetivas em relação ao lugar, onde muitas pessoas associam lembranças e sentimentos a edifícios e espaços significativos na construção de sua história íntima, como, por exemplo, a casa onde cresceram, a escola que estudaram, o lugar sagrado que frequentaram e a rua onde brincavam.

Em trabalhos que buscam ressignificar a memória da arquitetura, além da fotografia, podemos destacar as seguintes modalidades de registros: desenhos técnicos, *croquis*, pintura de paisagem e a história oral que narra sobre a plasticidade espacial perdida. De acordo com Rafael Antonio Cunha Perrone (2018, p. 17), o *croqui* é um instrumento em que o arquiteto pode materializar sua ideia livremente, mostrando sua visão de mundo e ajudando na tomada de decisões no espaço de forma mais rápida e espontânea. Quanto à descrição e relatos da população (história oral), são empregados comumente como pista para compreender formas anteriores antes das descaracterizações. Aqui, os idosos são protagonistas, pois descrevem sua infância e o que lembram dela, e, dentre essas lembranças, relatam como eram suas casas, a vizinhança, a rua onde moravam, as brincadeiras, a cidade de fato (Bosi, 1987, p. 36). A memória da Dona Alice é exemplar:

Depois fomos morar na Rua Conselheiro Nébias, que naquele tempo era residencial como, hoje, o Jardim América; ali moravam condes em palacetes. Eu não morava numa casa, morava num quarto com minha mãe, numa vila. A Rua Conselheiro Nébias era uma maravilha porque a gente brincava de amarelinha, pegador, de lenço-atrás, podíamos atravessar a rua correndo, ficar à vontade. De noite podia [sic] ficar até às oito horas brincando ali na calçada, de roda. (Bosi, 1987, p. 52)

Em seguida, a Dona Alice compara a lembrança que ela tem da sua infância e da sua vizinhança com o seu tempo presente:

Aquele bairro ficou horrível; quando passo por lá, naqueles Campos Elíseos, aí, dá uma dor no coração. Aquilo era maravilhoso, aquelas ruas quietas, aqueles jardins, aquela coisa... O quarto em que morei não deve existir mais, vou fazer setenta e quatro anos, aquilo com certeza já foi demolido. (Bosi, 1987, p. 53)

Nesse aspecto, a memória e seus “lugares” estão entrelaçados, visto que é possível descrever uma casa, uma rua, um bairro, uma paisagem, a cidade diante de relatos afetivos e descrições da lembrança das pessoas que os experienciaram e vivenciaram.

2.3. Memória arquitetônica

A preservação do edifício, mesmo em ruína, é central para perpetuar a história e a memória da cidade. Cada edifício conta uma história do passado. Ao manter edifícios (ou seus remanescentes) de outros tempos na paisagem, preservamos a memória coletiva, possibilitando às gerações futuras traçar suas origens e compreender como os espaços urbanos se alteraram morfologicamente no curso do tempo. Para Oliveira e Lopes (2018, p. 14-15):

Preservar os prédios antigos não é só guardar recordações dos velhos tempos, é possibilitar que outras gerações possam estudá-los, observá-los e tirar suas conclusões sobre a evolução que ali se sucedeu, além de se encantarem com suas formas e ter uma prova concreta de que aquilo que lhes falam realmente existiu. A construção da memória social urbana implica na referência ao que não foi presenciado, onde representa processos e estruturas sociais que já se transformam.

Na cidade, a arquitetura faz parte do cotidiano. E se as paredes, platibandas, janelas, frisos e ornamentos são histórias materializadas, nós nos relacionamos diariamente com essas formas históricas. Por outro lado, as cidades atualmente estão em constante mudança como resultado de eventos provocados pelas lógicas da aceleração do tempo da globalização. Por isso, é importante preservar, proteger e divulgar o significado histórico e de memória das construções que formam os espaços urbanos. A preservação do edifício está diretamente relacionada com a história do local, já que a cidade comporta a representação da acumulação de tempos pretéritos, as “rugosidades” no entendimento de Milton Santos (2009, p. 122).

Nesse sentido, ao serem identificadas arquiteturas que narram a memória de uma sociedade, parece razoável registrá-las em fotos, plantas arquitetônicas, informações de teor histórico e elaborar mapas temáticos de localização da edificação no contexto urbano. Embora o foco da obra “Educação patrimonial: inventários participativos” seja estimular a comunidade a “identificar e valorizar suas referências culturais” (IPHAN, 2016, p. 5), ela considera questões metodológicas pertinentes à construção da memória coletiva. Cabe ressaltar que este trabalho de conclusão de curso relaciona a arquitetura residencial construída em Juazeiro do Norte como um “lugar de memória”.

O significado da memória arquitetônica é essencial, uma vez que a arquitetura constitui uma manifestação tangível da preservação da história, da identidade e dos valores culturais de uma sociedade. Por meio das edificações, é possível narrar a trajetória dos habitantes e o processo de urbanização de uma cidade. Assim, preservar essa memória é um mecanismo de reconhecimento da cultura e dos processos históricos que moldaram determinada região, permitindo que a população se conecte com os marcos representativos de seu passado. No contexto de Juazeiro do Norte, a preservação das residências históricas assume uma importância ainda maior, pois além de resgatar as técnicas construtivas tradicionais, destaca-se o valor simbólico das relações sociais e culturais associadas a essas edificações. Esse gesto de preservação contribui diretamente para a manutenção da história local e reforça a importância dessas construções na memória coletiva da comunidade, assegurando que outras gerações possam compreender e valorizar o legado arquitetônico que lhes foi transmitido.

SAUDAÇÃO AO JUAZEIRO DO NORTE

Mesmo sem eu ter estudo
Sem ter do colégio obafejo
Juazeiro, eu te saúdo
Com meu verso sertanejo.
Cidade de grande sorte,
De Juazeiro do Norte
Tens a denominação,
Mas tem nome verdadeiro
Será sempre Juazeiro
De Padre Cícero Romão.

O Padre Cícero Romão
Que, por vocação celeste,
Foi, com direito e razão,
O Apóstolo do Nordeste.
Foi ele o teu protetor
Trabalhou com grande amor,
Lutando sempre de pé
Quando vigário daqui
Ele semeou em ti
A sementeira da fé.

E com milagre estupendo
A sementeira nasceu,
Foi crescendo, foi crescendo,
Muito ao longe se estendeu
Com a virtude regada
Foi mais tarde transformada
Em árvore frondosa e rica.
E com a luz medianeira
Inda hoje a sementeira
Cresce, flora e frutifica.

Juazeiro, Juazeiro,
Jamais a adversidade
Extinguirá o luzeiro
De tua comunidade.
Morreu o teu protetor,
Porém a crença no amor
Vive e cada coração
E é com razão que me expresso
Tu deves o teu progresso
Ao Padre Cícero Romão.

[...]

Patativa do Assaré

3. HISTÓRIA DA URBANIZAÇÃO DE JUAZEIRO DO NORTE

A cidade de Juazeiro do Norte localiza-se na região do Cariri cearense (Mapa 2), no sul do estado, a 491 km de sua capital – Fortaleza. Abriga uma população estimada de 286.120 habitantes (IBGE, 2022). Em virtude das ações religiosas e políticas do padre Cícero Romão Batista (uma das figuras de proa no processo de produção e significação espacial da cidade), Juazeiro se destaca como um importante centro religioso e cultural no Brasil. A contínua reverência póstuma ao “Padim Ciço” demonstra a influência duradoura de sua liderança na comunidade. O papel proeminente de Juazeiro do Norte no artesanato e na produção de cordel sublinha a riqueza da cultura local. Essa diversidade cultural contribui significativamente para o aparecimento de diversas experiências na cidade, como as dos visitantes interessados em explorar as expressões artísticas, culturais e religiosas da região³. Além disso, o fato de ser um polo acadêmico com mais de 140 instituições de ensino superior destaca o compromisso com a educação e o desenvolvimento intelectual da comunidade. Essa combinação de elementos culturais, religiosos e educacionais contribui para a urbanidade de Juazeiro do Norte.

Antes de adquirir a qualidade de “cidade”, Juazeiro do Norte era um sítio chamado Joazeiro – ou Joazeiro – localizado na vila do Crato. Em 1827, o padre Pedro Ribeiro da Silva construiu uma capela em homenagem à Nossa Senhora das Dores (Della Cava, 2014, p. 41). Anos depois, Joazeiro conseguiria sua autonomia política, primeiro como vila e depois como cidade. Isso em decorrência das trocas comerciais e religiosas operadas na escala do lugar e em seu alcance territorial, pois muita gente de outros sertões saía de seus sítios, vilas e cidades a fim de receber alguma graça do padre Cícero, considerado santo por muitos devotos.

³As expressões artísticas culturais e religiosas da região do Cariri são a literatura de cordel, a festa de Santo Antônio (em Barbalha, CE), a casa de artesanato Mestre Noza e as romarias.

Mapa 2: Localização da cidade de Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora a partir do software QGis, 2024.

3.1. História da urbanização: capela, freguesia, vila e cidade

Para entender o processo de urbanização no Brasil, é preciso analisar o contexto da colonização brasileira e os passos de formação do ambiente urbano na história da cidade. Para tanto, Murillo Marx em seu livro “Cidades no Brasil, terra de quem?” (1991) aponta quais foram as etapas do processo de alteração hierárquica das povoações do Brasil até o início do século XX: capela, freguesia, vila e cidade.

No Brasil, prevalecia a relação umbilical entre o Estado e a Igreja, onde as normas eclesiásticas interferiram diretamente no desenho urbano por meio de construções de edificações sacras (o que, por muito tempo, foi o núcleo embrionário de muitas cidades) e da organização espacial ao redor do adro da igreja (Marx, 1991, p. 11). Um modelo de crescimento material dos espaços urbanos se repetiu por anos no Brasil, como bem caracterizou Marx (1991):

Se a aglomeração surgia espontaneamente e, ao longo do tempo, ia galgando diferentes estágios hierárquicos, esse processo ocorria norteado pela Igreja até o momento decisivo da criação do município. Uma concentração de moradas e uma capela, depois capela-curada ou visitada por um padre, quem sabe uma paróquia mais tarde. Um povoado de determinado porte aspiraria constituir uma paróquia ou, denominação que prevaleceu entre nós, uma freguesia. Depois tal freguesia vai almejar a autonomia

municipal (...). Elevada uma freguesia a vila, sua matriz ocuparia o mesmo sítio destacado e uma localização agora central (...). (Marx, 1991, p. 12)

O trecho descreve o processo de desenvolvimento de um assentamento desde sua formação inicial até a criação de uma paróquia ou vila. Inicialmente, uma aglomeração de moradias e uma capela surgem supervisionadas e administradas pela Igreja. Com o tempo, e se for do interesse da Coroa, a capela poderia ser transformada em capela filial, com o capelão realizando os sacramentos de batismo, matrimônio e extrema unção. Conforme o povoado crescia, a população local aspirava a se tornar uma freguesia (ou paróquia). Quando uma freguesia é elevada a vila, a igreja matriz mantém sua posição central privilegiada e, ao seu redor, os lotes das casas eram demarcados.

A construção e oficialização de uma capela significava a constituição de uma sociedade organizada em uma povoação. Outro fator que merece ser sublinhado é a importância das “*Constituições primeyras* do arcebispado da Bahia”, norma canônica elaborada no arcebispado da Bahia cujas normas repercutiram diretamente no traçado e na paisagem de nossas cidades (Marx, 1991, p. 20). Essas normas definiram a localização das igrejas e paróquias; incentivaram a construção de igrejas, conventos e outras infraestruturas religiosas e ajudaram a organizar os territórios das freguesias (Marx, 1991, p. 19). Algumas recomendações decidiam a malha urbana, como, por exemplo, “determinando que as igrejas paroquiais estivessem livres também de casas particulares (...), em distância que possam andar as procissões ao redor delas” (Marx, 1991, p. 22), justificando um cenário muito comum até hoje: igrejas com uma grande praça ou largo – construídos na frente ou alguma das laterais – ou com ruas de diferentes dimensões em suas proximidades.

O terreno para a construção da capela era doado por quem detinha o poder das terras – podendo ser de um ou mais proprietários – e que, após doadas, eram controladas pela Igreja para a oficialização da capela. Em Oeiras do Piauí, um grupo de fazendeiros e criadores de gado doou uma parcela de terra de suas sesmarias para a sacralização do terreno da futura paróquia de Nossa Senhora da Vitória (Arraes, 2017, p. 413). Para que a capela fosse elevada à qualidade de freguesia, era necessário possuir um bom número de moradores e que fosse reconhecida sua importância diante da Coroa. A freguesia, por seu turno, assumiria deveres administrativos para com o Estado, como, por exemplo, “arquivar os dados relativos à vida da comunidade, das famílias” (Marx, 1991, p. 27). Sobre a conversão do status de capela para paróquia, Marx (1991) escreve:

Por meio da elevação da categoria de sua simples capela ou capela curada a outro patamar, patamar antes de tudo de cunho religiosos, já agora, contudo, eivado de um cunho civil explícito hoje menosprezado: a ereção do lugarejo, da “capela”, em paróquia, cujo nome corriqueiro tradicional foi freguesia e que constituía o módulo da organização eclesiástica, como que a sua unidade territorial. (Marx, 1991, p. 26, 27)

A igreja matriz (paróquia) adquire responsabilidades e tarefas diante da Igreja, do Estado e da população. Além disso, conforme as *Constituições Primeyras*, a mudança hierárquica requeria reforma estrutural do templo, pois “os fregueses, os filhos da igreja, são agora muitos” (Marx, 1991, p. 27), como a inclusão de uma sacristia, antes inexistente nas capelas. Apesar de o lugar não mudar, seu impacto social transformará a paisagem urbana: as ruas vão contornando essas edificações e formando a malha urbana, obedecendo à topografia e outros aspectos sociais definidos pela população local (Marx, 1991, p. 28). Além disso, a praça da matriz é o lugar simbólico de muitos arraiais, além de ser o espaço característico da origem de muitas povoações dos sertões.

Com a freguesia, as pessoas, sobretudo a elite local, almejavam um outro patamar na rede de povoações com sua autonomia política e administrativa da vila. Com o crescimento econômico e adensamento da freguesia, “pôde a comunidade sentir-se forte o bastante para pleitear e obter finalmente a sua autonomia político-administrativa, a categoria de município, e o povoado, provavelmente a sede da freguesia, o *status* de vila.” (Marx, 1991, p. 62). A vila, como sede municipal, definia o lugar do pelourinho e da casa de câmara e cadeia, símbolos materiais e visíveis na paisagem da autonomia municipal conferida pelo rei de Portugal (Marx, 1991, p. 89). O ordenamento urbano das moradas se deu por meio do alongamento das vias principais em sentido aos acessos, originando as vielas e travessas – as vias secundárias – resultando em núcleos muitas vezes de forma irregular, como as povoações da capitania de Minas Gerais e aquelas que surgiram a partir do percurso de caminhos (Marx, 1991, p. 92).

A última fase desse processo ocorre com a instituição da cidade, qualidade conferida pela Coroa aos aglomerados urbanos centrais nas suas políticas de urbanização e nas geoestratégias de formação territorial. É o caso, por exemplo, de Oeiras do Piauí, que embora fosse uma pequena vila, foi transformada em cidade por carta régia de 19 de junho de 1761. A cidade de Oeiras serviu como polo de controle das fazendas de gado que a Companhia de Jesus possuía no Piauí e das imensas sesmarias da Casa da Torre dos Dias d’Ávila (Arraes, 2017, p. 440).

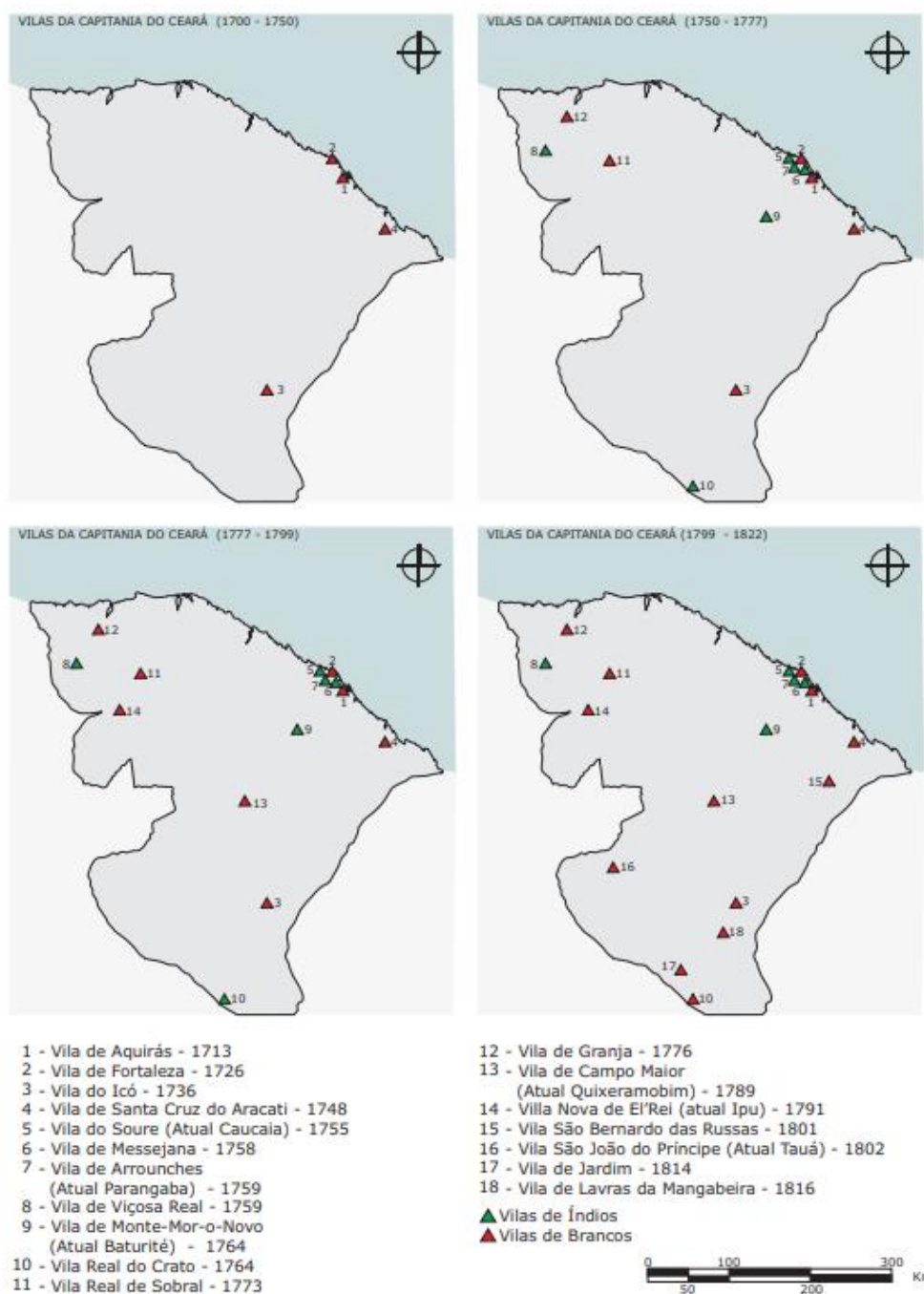
3.2. História da urbanização do Ceará

Até meados do século XVII, os sertões eram pouco explorados pelas políticas econômicas da Coroa, mas eram territórios de vivência de etnias indígenas. Com relação ao Ceará, ao longo do século XVIII, os portugueses focaram principalmente em ampliar sua autoridade sobre o território mediante a concessão de sesmarias para criação de gado. Para isso, tanto reutilizaram antigos caminhos indígenas como abriram as rotas para facilitar o trânsito de vaqueiros, tangedores e boiadas. Com esse objetivo, pousos, capelas e freguesias foram estabelecidos ao longo dessas rotas. A abordagem tinha como meta firmar o domínio da Coroa sobre a região e reforçar a influência portuguesa no local, além de facilitar a circulação da economia (Neto, 2007, p. 115). Sobre a criação das primeiras vilas, Clovis Ramiro Jucá Neto (2007) comenta:

Entre 1700 e 1820, foram criadas 18 vilas, garantindo a continuidade territorial da autoridade portuguesa em território cearense (...). Destas, as atuais Caucaia, Messejana, Parangaba, Viçosa, Baturité e Crato foram criadas a partir de aldeamentos indígenas, sendo denominadas pelos documentos da época como “Vilas de Índios”. As demais eram chamadas de “Vilas de Brancos” (Jucá Neto, 2007, p. 156).

A paisagem cearense transformou-se por esse fluxo que, com os pontos de descanso dos vaqueiros e das boiadas, alguns fixaram-se pelo caminho, surgindo as primeiras fazendas, povoados e vilas (Figura 1) (Jucá Neto, 2007, p. 158). Com a fundação das vilas, estabelecia-se uma unidade política e territorial que promovia o desenvolvimento econômico e facilitava a expansão para as regiões fronteiriças (Jucá Neto, 2007, p. 160). Assim, é importante analisar os caminhos da ocupação no Ceará para entender o seu processo de urbanização.

Figura 1: A capitania do Ceará e suas vilas (1700-1822).

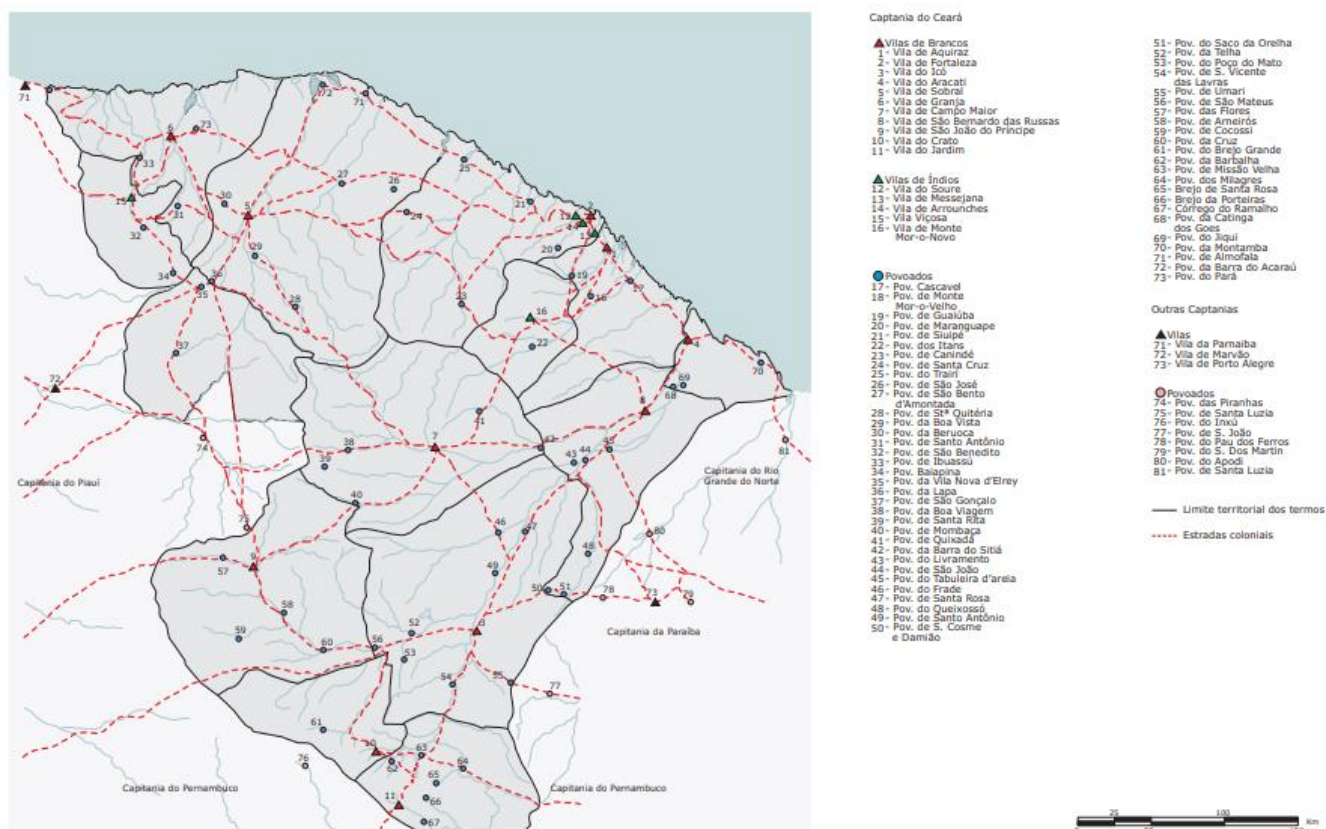


Fonte: Clóvis Ramiro Jucá Neto (2007, p. 158).

Para entender o fluxo de circulação de gado e pessoas de para as zonas interiorizadas da capitania do Ceará e áreas contíguas, é preciso observar os diferentes caminhos que atravessavam o território. A partir de fontes diversas, Jucá Neto (2007, p. 241) identificou e cartografou a Estrada Velha, Estrada Geral do Jaguaribe, a Estrada Nova das Boiadas, a Estrada

produtos derivados do couro (Jucá Neto, 2007, p. 245). O Ceará ficava entre as estradas do comércio entre o litoral e os sertões e, como foco do próximo tópico, a vila do Crato se destacava como ligação entre as capitanias de Pernambuco, Paraíba, Piauí e litoral cearense (Figura 3). No início do século XIX, como se observa na figura 3, o Ceará apresentava diversos caminhos que conectavam as povoações entre si e essas povoações com outras regiões.

Figura 3: As estradas coloniais do Ceará em 1817.



Fonte: Acervo de Clóvis Ramiro Jucá Neto (2007, p. 256).

Em termos de urbanização dos Cariris Novos, região sul da capitania do Ceará que apresenta mata como uma de suas paisagens, a vila do Crato, estabelecida como “vila de índios” em 1764, apesar de ter uma posição geográfica favorecida, não apresentava força econômica nem desenvolvimento suficiente para se destacar sobre as demais vilas de tino comercial, como eram Acarati, Sobral e Icó. Sobre a vila do Crato, o engenheiro Silva Paulet (1898 *apud* Neto, 2007, p. 250), em sua “Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará”, descreve:

[...] é a mais produtiva por estar nas fraldas da Serra-Grande, ahi denominada Araripe, aonde há muitas vertentes, mais ou menos abundantes. Já indiquei o pouco consumo dos gêneros pelas distancias. [...] Há n'esta 11.740 habitantes [...] Não tem caça de câmara; tem uma cadeia principiada. A câmara tem de renda annual 400\$000.” (Silva Paulet 1898 *apud* Neto, 2007, p. 252).

Por sua economia inicial ser predominantemente rural baseada na criação de gado, a vila do Crato apresentou uma demora em seu desenvolvimento urbano, além da “pouca adaptabilidade dos povos cariris ao sistema colonial e à falta de empatia dos diretores ao impor as regras de civilização europeias” (Arraes, 2012, p. 427). Com o incremento econômico propiciado pelo cultivo da cana-de-açúcar e produção de rapadura e aguardente, Crato cresceu materialmente. Em 1850, Filipe Alberto Patroni passou pela região e descreveu a cidade nos seguintes termos:

A Villa do Crato é populosa [...] os governantes da província que até agora não tem cuidado de mandar abrir uma boa estrada de Icó para o Crato e Jardim, para se facilitarem os transportes e conducções, e prosperar por esse meio o commercio daquellas villas, prosperando também a agricultura, a qual nunca poderá levantar-se do estado baixo, em que se acha, sem primeiro haver ahi um commercio considerável, cujos fundos de importação se empreguem no assucar, que se tenha de fabricar em ambas aquellas villas para ser exportado e bem vendido no Icó, Aracati e Fortaleza. (Parente, 1851 *apud* Arraes, 2012, p. 436).

Em 1853, Crato recebeu o título de cidade pela lei provincial nº 628, de 17 de outubro⁴. Crato estabeleceu-se como uma cidade polo de influência no Cariri, e “em 1844, surgiu como a mais populosa e o centro mais importante do vale” do Cariri, tornando-se “o principal produtor (...) e fornecedor de excedentes de alimentos para o sertão árido” (Della Cava, 1985, p. 59). Em 1862, Freire Alemão, como botânico responsável pela Comissão Científica de Exploração, descreveu a cidade do Crato como formada por “ruas paralelas e direitas, e largas, que são a rua grande, a rua do Fogo, a rua da Vala, a rua da Boa Vista, a rua das Laranjeiras, etc. [...] A praça da Matriz é um grande quadrilátero” (ANBNRJ, 1981, p. 300).

Assim, a urbanização de Crato, ao longo do século XIX, refletiu tanto seu crescimento econômico, impulsionado pelo cultivo de cana-de-açúcar e a produção de rapadura e aguardente, quanto a sua importância como centro regional no Cariri. O desenvolvimento de suas vias, conectando a cidade a outras áreas importantes da província, favoreceu o comércio e o crescimento material, permitindo que Crato se consolidasse como cidade polo.

⁴ Informação retirada do site www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em 7 set. 2024.

Figura 5: Igreja Matriz Nossa Senhora das Dores atualmente.



Fonte: Autoral, 2024.

Conforme os estudos de Ralph Della Cava (2014, p. 60, 61), entre 1824 e 1850, a região do Cariri estava imersa em ideologias nacionalistas e separatistas, influenciadas pela economia e política de matiz republicano oriunda de Pernambuco. Durante esse período, a área apresentava crescimento lento, exceto na cidade do Crato, o principal centro urbano do Cariri na época. Foi ali que surgiram misticismos e práticas religiosas populares associadas aos mais pobres, o que influenciaria o surgimento na sociedade e cultura de Juazeiro (Della Cava, 2014, p. 59).

Entre 1855 e 1865, a situação começou a mudar e o Cariri vivenciou um renascimento político e econômico devido a influências mais amplas (Della Cava, 2014, p. 63). A expansão de grandes cidades, como Fortaleza e Recife, aumentou a demanda por alimentos e a necessidade de matéria-prima, especialmente algodão. Isso fez com que o Cariri e a economia do Nordeste em geral aumentassem sua produção e alcançassem um significativo progresso econômico, refletido no desenvolvimento da região, especialmente na cidade do Crato (Della Cava, 2014, p. 63, 64).

O povoado era bem assistido pela Igreja e recebia visitas de Padre Cícero, muito querido na região. Sobre a chegada do Padre Cícero à capela e a situação na qual essa se encontrava, Della Cava (2014) comenta:

Quando aí chegou padre Cícero, Joaseiro não passava de um insignificante lugarejo situado na extremidade nordeste do município do Crato. Fora povoado em 1827 por um certo padre Pedro Ribeiro da Silva, cuja residência e cujo engenho de açúcar eram mais imponentes do que a rústica capela que

mandara construir e dedicar a Nossa Senhora das Dores. (Della Cava, 2014, p. 78).

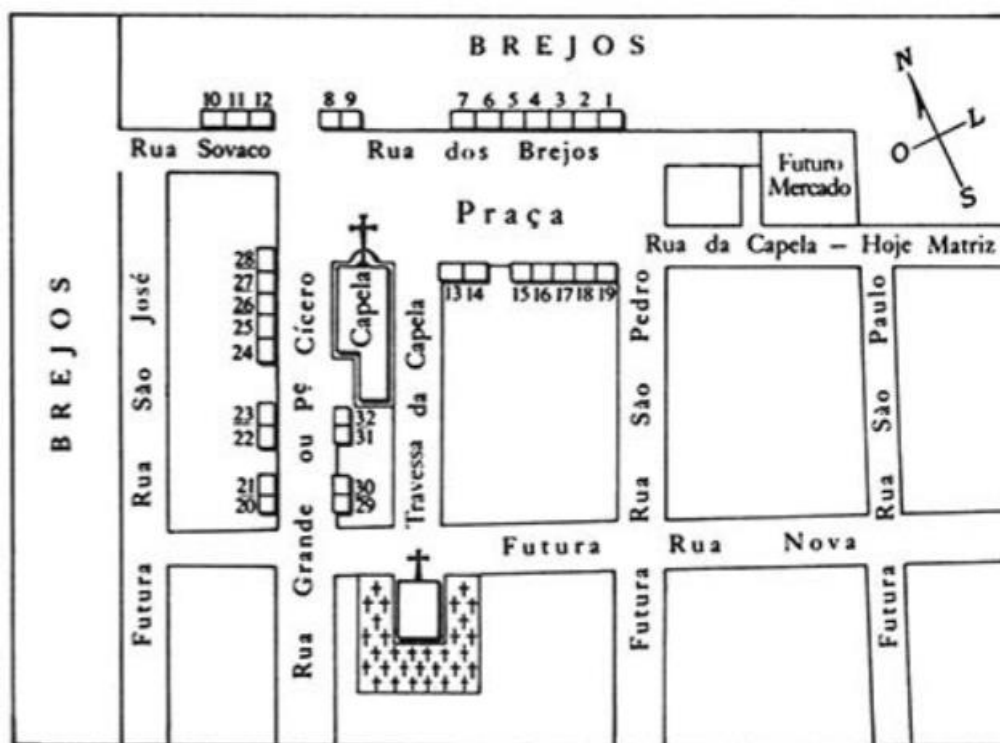
Em 1872, o padre se fixou e criou, inspirado no Padre Ibiapina, as Casas de Caridade – organizações administradas por beatas que promoviam educação, saúde e auxílio religioso (Della Cava, 2014, p. 69, 80). Nessa organização, havia oficinas com produção de velas, imagens sacras e calçados. De acordo com o estudo de Della Cava (2014, p. 41), são apresentadas algumas características formais do povoado no ano de 1875:

[...] o arraial ainda conservava os traços essenciais de uma fazenda de cana-de-açúcar; sua população era em torno de 2 mil habitantes. Cinco famílias, os Gonçalves, Macêdos, Sobreiras, Landins e Bezerra de Menezes eram as que lá se encontravam como proprietários importantes. O restante da população consistia de trabalhadores ligados às fazendas de açúcar das famílias mencionadas. [...] O povoado ostentava uma capela, uma escola e 32 prédios com tetos de palha. Havia somente duas ruas. (Della Cava, 2014, p. 78, 79).

Acerca de sua configuração urbana (Figura 6), Lourenço Filho (2002) descreve:

Duas ou três ruas – a “do Padre Cícero”, a “de São Pedro” e a “Rua Nova” – são calçadas a pedra bruta e dão-se ao luxo de ter alguma coisa parecida com passeios laterais, três ou quatro construções de sobrado, casas com platibandas [...] e numeração mais discreta. Habitações há de relativo conforto e casas comerciais de boa aparência. É nessa parte que habitam propriamente os cearenses do Juazeiro, a população estável, entregue ao comércio e a pequenas e rudimentares indústrias. Aí fica também a casa do padre, baixa e modesta, sempre fechada, tendo ao lado um sobrado tosco, por ele construído, para mais comodamente oferecer a “bênção” diária aos peregrinos. Numa larga praça, em ligeira rampa, assenta-se sobre um degrau a Igreja de Nossa Senhora das Dores, cuja construção muito simples possui, no entanto, certa imponência de linhas. Não se pode dizer que obedeça rigorosamente a nenhum estilo, mas as torres, bem lançadas, harmonizam com o amplo casarão que figura de nave e quebram a monotonia das casas de derredor, acaçapadas e inexpressivas. (Lourenço Filho, 2002, p. 42)

Figura 6: Ilustração da formação de Juazeiro.



Fonte: Della Cava (2014, p. 80).

No final de 1877, o Ceará e outras partes das províncias vizinhas eram assolados por um período de intensa estiagem, que gerou grande fluxo migratório para capitais, litoral e regiões de clima mais ameno, como é o caso do Cariri cearense, território fértil onde engenhos de rapadura e aguardente se instalaram, movimentando a economia local (Gonçalves, 2011). Com a seca, “o povo retornou, com tristeza, às suas orações em busca da consolação divina, enquanto os padres da região o conduziam com renovado fervor” (Della Cava, 2014, p. 84). Os que vinham para essa região encontraram o padre Cícero, que os aconselhava a plantar tubérculos contra a fome e, os que sobreviviam, davam graças ao padre, conferindo sua salvação a ele.

A corrente migratória adquiria sempre frequência inquietante, sobretudo quando a seca era mais prolongada. A concentração de flagelados no Cariri desequilibrou o poder de atendimento do espaço e deu origem a surtos de bandidismo e de movimentos místicos que aproveitaram a desorganização e a movimentação de uma massa humana castigada pela seca, faminta e que procurava um meio que pudesse ao menos existir, quer fôsse no litoral, na Amazônia ou no Cariri (Soares, 1966, p. 28).

Porém, em 1889, houve um fato importante na história de Juazeiro: enquanto o padre Cícero celebrava uma missa devotada ao Sagrado Coração de Jesus, a beata Maria de Araújo, ao receber a comunhão, a hóstia cai tingida de sangue (Della Cava, 2014, p. 84). Esse evento ficou conhecido como “o milagre da hóstia”, criando a crença de que Juazeiro do Norte era uma cidade santa (Lourenço Filho, 2002, p. 28-29):

No dia 1º de março de 1889, Maria de Araújo era uma das várias devotas que se encontravam na capela de Joazeiro para assistir à missa e acompanhar os rituais que se celebravam, todas as sextas-feiras do mês, em honra do Sagrado Coração de Jesus. Foi uma das primeiras a receber a comunhão. De repente, caiu por terra e a imaculada hóstia branca que acabava de receber tingiu-se de sangue. O fato extraordinário repetiu-se todas as quartas e sextas-feiras da Quaresma, durante dois meses; do domingo da Paixão até o dia de festa da Ascensão do Senhor, por 47 dias, voltou a ocorrer todos os dias. (Della Cava, 2014, p. 84)

Após esse acontecimento, há o aumento migratório em direção a Joazeiro. Como foi dito por Lourenço Filho (2002, p. 53) “[...] Data daí, também, a aglomeração dos romeiros e, dentro de pouco, de gente de toda a espécie, que demandava ansiosa a nova Jerusalém”. A primeira expedição – também chamada “romaria” – a Joazeiro foi mobilizada pelo monsenhor Monteiro, reitor do Seminário do Crato:

Por fim, em 7 de julho de 1889, dia da festa litúrgica do Precioso Sangue, monsenhor Monteiro, reitor do Seminário do Crato, comandou uma romaria de 3 mil pessoas até o povoado de Joazeiro; muitas dessas pessoas eram oriundas de famílias importantes do Crato. Diante de uma assembleia transbordante, monsenhor Monteiro subiu ao púlpito e fez um sermão sobre o mistério da Paixão e Morte de Cristo que, segundo os relatos, levou lágrimas aos olhos de seus ouvintes; então, agitou no ar um punhado de panos do altar que estavam visivelmente manchados de sangue; tal sangue, declarou, saíra da hóstia que fora recebida por Maria de Araújo e era, segundo o reitor, o próprio sangue de Jesus Cristo. (Della Cava, 2014, p. 84, 85)

Com o acelerado crescimento do povoado (Quadro 1), a economia aumenta significativamente, atraindo pessoas de outros sertões contíguos à procura de oportunidades de trabalho. Em 1907, acontece a primeira reunião política de caráter emancipatório, impulsionada por esse aumento econômico, porém esse movimento político fracassou pelo fato de o padre Cícero não apoiar, inicialmente, a decisão (Oliveira, 2015, p. 90). Por pertencer à cidade do Crato, Joazeiro tinha que pagar impostos de suas produções agrícolas e comerciais. Sobre a economia do povoado, Della Cava (2014) comenta:

Também Joazeiro “lucrou eminentemente” com o influxo de romeiros. Em 1909, sua limitada área rural (menos da metade dos 219 quilômetros

quadrados do território total) possuía 22 engenhos de açúcar empenhados na produção de rapadura e subprodutos alcoólicos. [...] O comércio local era animado. Além de uma feira semanal, realizada aos domingos na praça da igreja, orgulhava-se Joaseiro de possuir dez lojas abertas de tecidos e artigos de armarinho, igual número de armazéns e cerca de trinta pequenas mercearias, bares e lojas de miudezas. Muitos dos comerciantes tinham imigrado para lá provenientes de pequenas cidades vizinhas e de outros estados antes de 1910. (Della Cava, 2014, p. 165, 166)

Quadro 1: Crescimento da população de Juazeiro do Norte.

Ano	População
1890	2.245
1898	Mais de 5.000
1905	12.000
1909	15.000

Fonte: Della Cava (1976, p. 156), adaptado pela autora.

Desde o início do século XX, Joaseiro tentava sua autonomia política do Crato e, em 1909, os requerimentos da população e da classe política ao governo do estado ganharam força com a chegada do padre Joaquim Alencar Peixoto e de José Marrocos e com a criação do jornal “O Rebate” (Figura 7), importante instrumento de caráter separatista da urbe (Oliveira, 2015, p. 90-91). Após a greve geral da população acima mencionada e uma passeata com aproximadamente 15 mil pessoas, a em 22 de julho de 1911, pela lei estadual nº 1.028, a povoação de Joaseiro (Figura 8) recebeu a qualidade de vila com sua emancipação política pela Assembleia Legislativa do Ceará, sendo seu primeiro prefeito o padre Cícero (Oliveira, 2015, p. 93).

Figura 7: Jornal “O Rebate” em 1909.



Fonte: Acervo do Memorial Padre Cícero (2020, p. 122)

Figura 8: Povoado de Joaseiro, em 1910. Paisagem urbana marcadamente horizontal de casas térreas.



Fonte: Acervo Paulo Wendell A. de Oliveira (2015, p. 94).

Segundo a pesquisa de Luitgarde Barros (2012, p. 37), em 1911, com o intuito de enfrentar a “política das salvaçãoes” implementada pelo governo de Hermes da Fonseca, o Dr. Floro Bartolomeu — então deputado federal e amigo pessoal do padre Cícero — uniu-se aos coronéis da região e, no dia 4 de outubro do mesmo ano, firmaram o “pacto dos coronéis”. A política salvacionista visava controlar o poder oligárquico, substituindo líderes regionais por figuras alinhadas aos interesses políticos do presidente (Barros, 2012, p. 41). No Ceará, essa intervenção federal destituiu a família Acioly, colocando Franco Rabelo no poder em 1912 (Della Cava, 2014, p. 210). Essa mudança provocou uma reação dos coronéis, que buscaram o apoio do popular e influente padre Cícero para combater a elite oposicionista (Della Cava, 2014, p.?). Rabelo convocou homens da polícia estadual para irem ao Crato supervisionar as revoltas em Juazeiro (Della Cava, 2014, p. 238). Sobre esse ocorrido, Della Cava relata:

Em janeiro de 1913, padre Cícero e seus adeptos convenceram-se de que o rabelismo tinha o propósito de destruir Joazeiro. Os fatos precedentes tornavam essa convicção inabalável: as sucessivas nomeações de dois delegados rabelistas e um telegrafista em Joazeiro e a incapacidade de Franco Rabelo de punir os incendiários de Fortaleza. Acrescente-se ainda a campanha interestadual contra o cangaceirismo, que era considerada uma fachada para encobrir os desígnios de Franco Rabelo contra os coronéis da “velha guarda” do Cariri. De fato, para a libertação da “Nova Jerusalém”, o Patriarca precisaria buscar auxílio em outra parte. Assim, em princípio de janeiro de 1913, no interesse de defender Joazeiro, padre Cícero renovou os laços de solidariedade com os Accioly, que eram criticados por ele pelo pacto que fizeram com Franco Rabelo. Politicamente simplório, acreditava que o ‘malfadado acordo de junho’ fora a causa de todos os males que recaíam sobre o Cariri (Della Cava, 2014, p. 242-243).²²

Em resposta à crescente tensão, coronéis liderados por Floro Bartolomeu e apoiados por Padre Cícero organizaram um levante contra o governo estadual de Rabelo (Della Cava, 2014, p. 251). Em 1914, estourou a chamada “Sedição de Juazeiro”, quando um exército de jagunços e fiéis do Padre Cícero (Figuras 9 e 10), apoiados pela elite local, enfrentou as tropas do governo estadual (Della Cava, 2014, p. 252). Os revoltosos, embora inferiormente armados, conseguiram derrotar as forças de Rabelo, que foi forçado a deixar o poder e fugir do estado (Della Cava, 2014, p. 253, 254).

[...] A ameaça jogou a população nas ruas. Homens, mulheres e crianças, com o incentivo de padre Cícero, começaram a cavar com as próprias mãos quilômetros de trincheiras em volta da cidade. Dia e noite empilhavam terra fresca, com dois metros de altura, de um lado da trincheira. [...] Após um mês de combates defensivos e apenas quando o Crato foi inundado de reforços enviados por Fortaleza, passou Joaseiro a contra-atacar; aí, então, o Patriarca concordou com a ofensiva ‘defensiva’. Em 24 de janeiro de 1914, Crato caiu; três dias depois foi a vez de Barbalha. [...] Vitoriosos sobre os soldados estaduais comandados pelo heroico oficial capitão José da Penha, que perdeu a vida em 22 de fevereiro, os revolucionários enfim atingiram Fortaleza, a pé e por trem. Entraram na capital em 19 de março, somente depois que dois decretos federais haviam permitido o envio, pelo Catete, de vários navios de guerra e três batalhões de soldados.” (Della Cava, 2014, p. 251, 253).

Figura 9: Jagunços e romeiros defensores do Juazeiro sentados nas trincheiras dos valados, tendo ao centro, o Dr. Floro Bartolomeu em traje de combate.



Fonte: Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (2012, p. 60).

Figura 10: Canhão capturado pelas forças revoltosas de romeiros do Pe. Cícero e alguns jagunços dos coronéis.



Fonte: Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (2012, p. 61).

A vitória dos revoltosos debilitou o governo de Franco Rabelo e acentuou o poder político do padre e de seus aliados no sertão do Cariri (Della Cava, 2014, p. 253). A Sedição de Juazeiro representou a permanência do poder de famílias oligarcas contra a intervenção do governo federal. Além disso, a revolta reposicionou Juazeiro na hierarquia urbana e territorial do cariri cearense, tanto como núcleo de peregrinação religiosa como centro político do Nordeste. O aumento do fluxo de romeiros à cidade criou uma aura “santificada” ao padre Cícero.

Terminava a ‘revolução’ de Joaseiro. Através dela, a cidade converteu-se no reduto político mais importante do Nordeste brasileiro; no entanto, a crise política do Ceará continuou sem solução. Ela, também, fez do Patriarca da “Nova Jerusalém” um poderoso coronel de envergadura nacional [...]. (Della Cava, 2014, p. 254).

A Lei Estadual n.º 1.178, de 23 de julho de 1914, eleva a vila de Juazeiro à categoria de cidade, com a mesma denominação. Segundo Oliveira e Silva, a ascensão política e econômica de Juazeiro garantiu a colaboração com o Estado nos anos seguintes. Essa parceria acarretou inclusão de novos equipamentos no espaço da cidade, que aceleraram o processo de urbanização da vila, como a instalação da linha ferroviária (Figura 11) na década de 1920 e a pavimentação das ruas do centro da cidade (Figura 12). Ocorreram intervenções de teor estético, cujos discursos tiveram como modelo as operações urbanas realizadas nas cidades capitais, como Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Nessa época, a elite local construiu seus casarões

(Oliveira; Silva, 2015, p. 52). Esses processos socioespaciais rearranjaram a paisagem da vila de Juazeiro, com acréscimo de algumas edificações e remoção de outras do tecido urbano.

Ainda nos anos iniciais de Juazeiro como cidade, a economia urbana mobilizou uma rede de artistas dedicados ao artesanato de ouro. De acordo com o estudo da antropóloga Maria Rosaline Barbosa Alvim (1983), esses agentes culturais se envolveram em atividades produtivas que ultrapassavam os limites econômicos, envolvendo-se em relações afetivas com a cidade, as pessoas e os romeiros que afluíam ao ambiente urbano para ouvir as liturgias de Padre Cícero.

Figura 11: Inauguração da linha ferroviária em Juazeiro do Norte (1926).



Fonte: Acervo Paulo Wendell A. de Oliveira (2015, p. 99).

Figura 12: Pavimentação das principais ruas de Juazeiro (1919).



Fonte: Acervo Paulo Wendell A. de Oliveira (2015, p. 102).

Com o crescente aumento de romeiros que iam a Juazeiro atraídos pela fé em padre Cícero, novas oportunidades econômicas surgiram na cidade. Soma-se a isso o fato de que comerciantes começaram a ocupar a área central da vila. Essa área se diversificou em termos de função, abrigando comércios, moradias e serviços. Como se lê na imagem da figura 13, provavelmente nesse período a prefeitura local promoveu a arborização da cidade. No processo de urbanização, casas foram demolidas e substituídas por lojas, edifícios comerciais e estacionamentos que hoje dominam a paisagem. Além disso, Juazeiro passou a reunir consideráveis instituições de ensino, contando com quatro escolas públicas, em 1923, além de várias escolas particulares, contribuindo significativamente para a educação local, sobretudo da elite (Gomes, 2015, p. 50). Sobre esse processo de urbanização, o escritor Assis Daniel Gomes (2015) ressalta:

Juazeiro do Norte, nas décadas de 1930 a 1940, cresceu em população, organizando o comércio e artesanato, investido e realizado pelos trabalhos dos adventícios e naturais da terra. Todavia, o aumento econômico de alguns imigrantes na cidade possibilitou-lhes galgar posições de prestígio na administração pública, empresas artesanais e comércio. Por causa disso, foram construídas imagens desse espaço urbano como “terra dos estrangeiros” e “cidade dos artesãos”. (Gomes, 2015, p. 19)

Figura 13: centro da cidade na década de 1930.



Fonte: Acervo Paulo Wendell A. de Oliveira (2015, p. 102).

Após a morte do Padre Cícero, em 1934, a história de Juazeiro do Norte encontrou outros caminhos para além daqueles vinculados à religiosidade. Sabe-se que a vila continuou seu crescimento urbano. Nessa ocasião, aparecem alguns atores que, por seu trabalho na área de construção e escultura, modificaram a paisagem da vila. É o caso do escultor italiano Agostino Balmes Odísio⁵, residente em Juazeiro a partir de 1935 (Siqueira, 2011, p. 118). Ele foi o autor da construção da “coluna da hora”⁶ em 1935 (Figura 14), um relógio produzido na cidade que marca os dias, as horas e as fases da lua – hoje, localizada na praça Padre Cícero (Figura 15) –, além do surgimento de novas moradas para os novos comerciantes ricos que passam a habitar na cidade (Soares, 1964). No âmbito da arquitetura, Balmes Odísio foi o responsável pelo projeto de reforma da igreja matriz de Nossa Senhora das Dores (Siqueira, 2011, p. 156).

⁵ Para informações biográficas sobre Agostino Balmes Odísio, sugere-se a leitura da obra de Vera Odísio Siqueira (2011), intitulada “De Dom Bosco a padre Cícero: a saga do escultor Agostinho Balmes Odísio discípulo de Rodin”.

⁶ Ainda em funcionamento.

Figura 14: Inauguração da coluna da hora em 1935.

Fonte: Fonte: Acervo Paulo Wendell A. de Oliveira (2015, p. 104).

Figura 15: Coluna da hora na atual praça Padre Cícero.

Fonte: Autoral, 2024

A partir de 1950, a paisagem urbana da cidade de Juazeiro do Norte muda (Figura 16). Antigos casarões e comércios, que ocupavam o núcleo original da cidade, foram demolidos aos poucos, cedendo lugar a um desenho orientado pelo alargamento de ruas e avenidas. A nova arquitetura enfocava prédios voltados para o setor de comércio e serviços (Gomes, 2015, p. 19). O crescimento populacional continuava, tanto que, no início de 1950, havia 56.146 habitantes – com 76,27% na zona urbana e somente 23,73% na zona rural, destacando-se como a cidade do sertão do Cariri com menor índice rural. No final de 1950, Juazeiro contava com 71.323 habitantes, tornando-se a cidade de maior população do interior cearense (IBGE, 1959). Dentre as principais atividades econômicas realizadas no espaço urbano, destaca-se a fabricação de calçados, madeira e móveis, panificadoras, bebidas, cigarro, confecção de joias em ouro, velas e artesanato (Figura 17).

O planejamento urbano, a partir da década de 1950, tornou-se central para organizar o crescimento populacional e econômico, consolidando Juazeiro do Norte como polo de comércio, serviços, arte e industrialização no sertão do Cariri cearense. Nesse aspecto, a história urbana de Juazeiro do Norte deve ser compreendida como um processo dinâmico e

multifacetado, no qual a interação entre a religiosidade popular, o avanço econômico e as transformações urbanísticas se entrelaçam para conferir identidade ao lugar.

Figura 16: Vista panorâmica de Juazeiro em 1954.



Fonte: Biblioteca do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/historico>.

Acesso em 13 nov. 2023.

Figura 17: Feira de Juazeiro do Norte em 1962.



Fonte: Biblioteca do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/historico>.

Acesso em 03 set. 2024.

Além do processo de pavimentação, o número de prédios e residências crescia, adensando a malha urbana. Os meios de transporte e comunicação também impulsionaram o crescimento material da cidade com a instalação de equipamentos que permitiram uma maior conexão com cidades vizinhas e distantes. Além disso, houve significativo aumento demográfico. Em 1964,

Juazeiro do Norte apresentava uma média de 312 hab/Km² (SUDEC *apud* Soares, 1964, p. 38). Essa migração desempenhou um papel central nas mudanças estruturais e decorativas que ocorreram nas edificações da cidade, pois os construtores/projetistas das casas ornavam a volumetria exterior com motivos de arquiteturas erguidas tanto nas capitais como em outros centros urbanos. A imagem da figura 14 é exemplar nesse aspecto. Observam-se prédios comerciais térreos com cujas fachadas são criadas pela formulação de relevos retos verticais e horizontais, assemelhando-se ao que o arquiteto pernambucano Abelardo Gama classificou como “estilo moderno” (Cf. Trajano, 2024, p. 75).

O crescimento econômico e demográfico é cada vez mais intensificado. Na década de 1970, Juazeiro do Norte registra uma população municipal de 96.047 habitantes, sendo 83,96% residentes na área urbana (Diniz, 1989, p. 67). Toda essa concentração de pessoas na cidade atrai o setor imobiliário, enquanto agentes produtores do espaço urbano, transformando, mais uma vez, a paisagem urbana da cidade.

A análise histórica de Juazeiro do Norte revela um percurso dinâmico e multifacetado, no qual o desenvolvimento urbano, a religiosidade popular e a economia se inter-relacionam de forma intrínseca. Desde a fundação da capela dedicada à Nossa Senhora das Dores em 1827 até a emancipação política do povoado em 1911, a cidade passou por transformações significativas, impulsionadas por líderes religiosos como o Padre Cícero. Sua influência foi determinante na configuração da espiritualidade local e na estrutura socioeconômica da região. O renascimento econômico do Cariri, no século XIX, impulsionado pela demanda externa por produtos agrícolas, juntamente com o papel da Igreja na promoção de iniciativas sociais, como as Casas de Caridade, foram fundamentais para o fortalecimento da comunidade e atração de migrantes.

A "Sedição de Juazeiro", ocorrida em 1914, representa um marco na luta pela autonomia política, consolidando não apenas o poder do Padre Cícero e de seus aliados, mas também reposicionando Juazeiro do Norte como um centro de peregrinação e de influência política no Nordeste. O crescimento populacional e a urbanização acelerada nas décadas subsequentes resultaram em alterações drásticas na paisagem urbana, com a substituição de antigos casarões por novas edificações voltadas para o comércio e serviços.

Dessa forma, a trajetória de Juazeiro do Norte, caracterizada por um intenso processo de urbanização e um significativo fluxo migratório, reflete a confluência de fatores sociais, econômicos e culturais que moldaram a identidade da cidade. Essa narrativa não apenas ilustra a importância histórica e arquitetônica do local, mas também ressalta o papel da memória

coletiva na construção da identidade urbana, enfatizando a necessidade de preservar a herança cultural que define Juazeiro do Norte. Atualmente, a cidade, enquanto polo regional, continua a evoluir, mantendo sua essência atrelada à religiosidade e à adaptação às transformações socioeconômicas.

4. MEMÓRIA ARQUITETÔNICA DAS MORADAS

4.1. A arquitetura das moradas

Nesse tópico, serão apontadas as alterações espaciais e estéticas da arquitetura das moradas brasileiras. Para isso, os livros “Arquitetura Popular Brasileira” de Günter Weimer e “Quadro da arquitetura no Brasil”, do arquiteto e sociólogo Nestor Goulart Reis Filho, e “História da casa brasileira”, do também arquiteto Carlos Lemos (1989), serão os fundamentos teóricos basilares para caracterização da arquitetura residencial ao longo do tempo.

A arquitetura das moradas recebeu influência de várias culturas e, dentre elas, pode-se destacar a indígena, a africana e a portuguesa. Em sua obra, Weimer (2012) realiza um estudo das principais características da arquitetura de cada cultura e como foi inserida na construção e configuração espacial das casas brasileiras, desde suas fachadas até seu interior.

Com a colonização e dominação indígena e africana por parte dos portugueses, as fachadas das casas possuíam características oriundas da forma construtiva portuguesa, como a dimensão da altura das portas e janelas, formas dos beirais, inclinação dos telhados, largura dos lotes e aberturas. Internamente, porém, os costumes surgiram do contato com os hábitos indígenas e dos povos africanos escravizados, como o uso da rede para dormir (Weimer, 2012, p. 57). As influências indígenas no interior das casas são a sala que se liga à cozinha por um corredor, o qual tem acesso aos dormitórios. Na cozinha, o mobiliário comum era um fogão de barro com chapa de ferro fundido e um banco (Weimer, 2012, p. 61). A localização das aldeias indígenas e sua forma influenciaram a implantação e formação de vilas e outras modalidades de povoação. Por exemplo, as aldeias de catequese criadas a partir de uma grande praça foram se expandindo com a abertura de ruas (Weimer, 2012, p. 70). Essa praça chamava-se “terreiro”, sendo este o coração da aldeia (Weimer, 2012, p. 72). Segundo Maria Helena Ochi Flexor (2016, p. 83), nos terreiros se reuniam missionários e indígenas batizados (ou não) para realizar atividades cotidianas, como comer em grupo, festejar o santo de devoção da aldeia, estudar os dogmas da Igreja e, ali, os religiosos aprendiam as línguas dos indígenas.

É interessante notar que a formação mais comum das construções é a retangular, com sequência de três ambientes de 3x3 metros cada – o primeiro a sala, o segundo o dormitório e o terceiro a cozinha –, de origem africana (Weimer, 2012). Por meio do contato com a cultura dos povos africanos, originou-se a configuração de uma fila dupla de quartos lineares que abrem para um corredor central, podendo ser um pátio – onde, mais tarde, eram realizadas as atividades sociais (Weimer, 2012, p. 150). Nesse último caso, o corredor direciona a um pátio traseiro,

onde se localiza a cozinha, depósito e banheiro. Essas casas de fila dupla contêm cerca de seis a dez quartos e, quando continham dois pisos, eram denominadas “casas brasileiras” (Weimer, 2012, p. 150). Nas construções mais recentes com esse formato, os quartos se abrem para um pátio ou varanda, suas portas dão para um corredor onde acontecem atividades rotineiras. Ainda conforme os apontamentos de Weimer, nos pátios era comum uma cisterna para o abastecimento de água da residência. Essa associação de prédios com pátios centrais ou com corredores ao seu redor abrigava centenas de moradores e compôs o modelo de bairros mais antigos e congestionados (Weimer, 2012, p. 150).

Como já foi citado, a organização dos ambientes das casas era: sala na frente, dormitórios no meio – sua quantidade era de acordo com o tamanho da família e das condições do proprietário – e cozinha nos fundos, onde havia um corredor lateral que ligava esses espaços – quando a casa era muito larga, esse corredor era central e quando a casa era muito estreita, o corredor não existia (Weimer, 2012, p. 195). A forma mais simples da fachada da casa de origem colonial, e que permaneceu na elaboração de habitações na contemporaneidade, seria a de porta-janela e sua simetria podia ser de translação – janela e porta, ou janela, porta e janela – ou de reflexão (a mais escolhida) – janela, porta, porta e janela (Weimer, 2012, p. 195).

Weimer especifica algumas modalidades de casas em sua obra. Sua interpretação dos espaços domésticos provavelmente se baseou no artigo de Paulo Thedim Barreto (1938), escrito sobre a arquitetura do Piauí, e publicado no número dois da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Figura 18).

Figura 18: Distribuição dos espaços internos das moradas do Piauí.

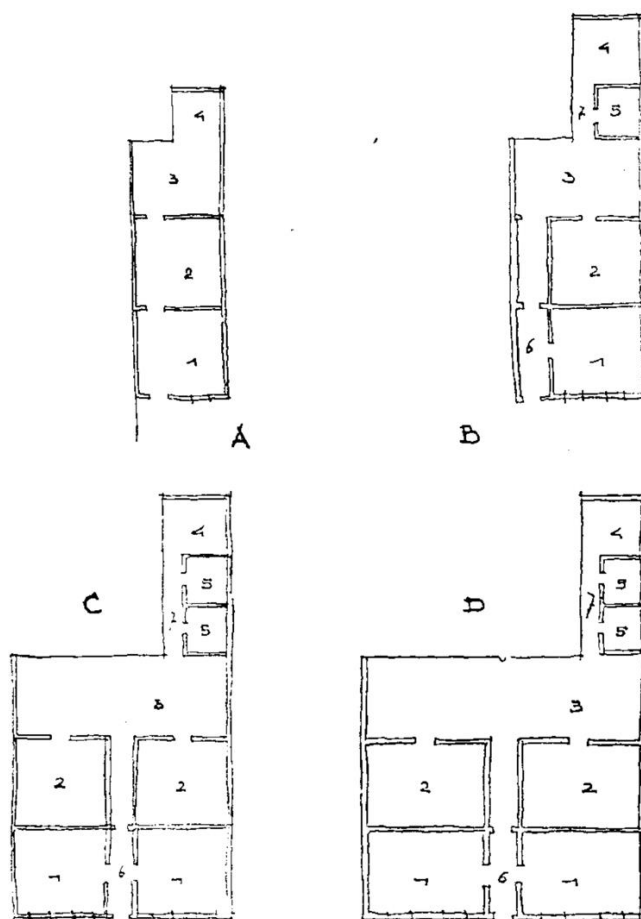


FIG. 1

A — Porta e janela
B — meia-morada
C — morada inteira
D — Casa do Piauí

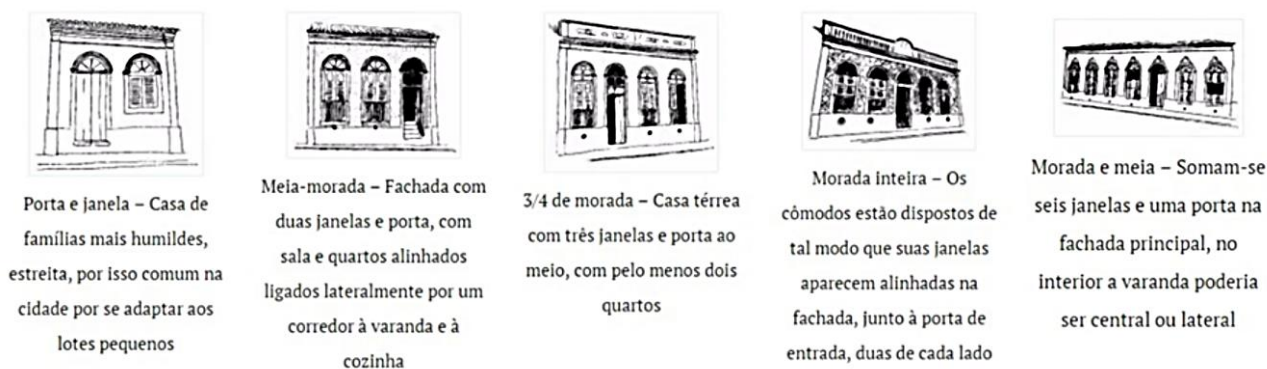
1 — Sala
2 — Quarto
3 — Varanda
4 — Cozinha
5 — Dependência
6 — Corredor
7 — Correr

Fonte: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938, p. 163)

Além da casa porta—janela, na **casa de meia morada**, a fachada se configurava por meio de uma porta centralizada e uma janela em cada lado, ou a porta à direita com as duas janelas à esquerda; ou o contrário, a porta na esquerda e as duas janelas à direita (Weimer, 2012, p. 197). A extremidade onde ficava a porta era a escolhida para fixar o corredor e, por essa razão, as casas integradas tinham a mesma plasticidade, dando ideia de continuidade (Weimer, 2012, p. 199). A **casa de três quartos de morada** apresentava três janelas em sua fachada com as seguintes variantes: a porta ficava na extremidade — à direita ou à esquerda — ou entre as janelas — duas de um lado e uma isolada, do outro lado (Weimer, 2012, p. 199). Por outro lado, quando a porta era colocada no centro da casa, funcionando como simetria especular, esta era chamada de **casa de morada inteira** (Weimer, 2012, p. 203). Casas com cinco ou mais janelas

eram chamadas de **casa de morada e meia**, sendo edificadas sobretudo pela elite local, como fazendeiros, governantes, padres, comerciantes, etc. Suas plantas baixas pouco tinham variações, sendo a sala na parte da frente, o corredor central, os quartos dispostos em ambos os lados e a cozinha no fundo (Weimer, 2012, p. 204). Essas fachadas estão representadas na figura abaixo (Figura 19):

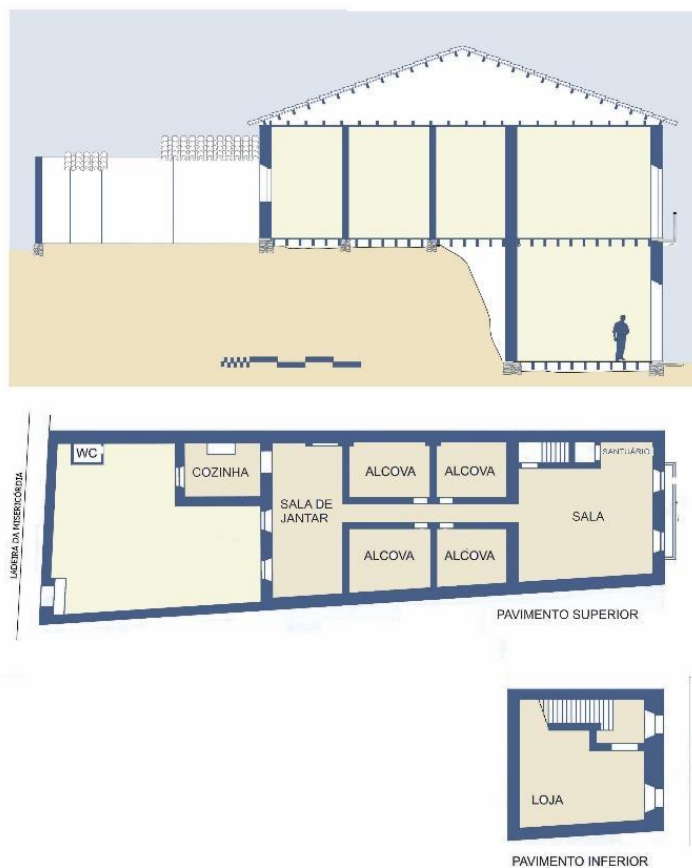
Figura 19: Configurações da modenatura de fachadas de casas térreas.



Fonte: Guia Turístico de Salvador, Bahia, Nordeste Brasileiro e Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bahia.ws/historia-e-arquitetura-de-sao-luis/>. Acesso em 14 out. 2024.

As casas térreas eram edificadas especialmente pelas pessoas pobres, mas não representavam a regra. A elite procurava mostrar seu poder econômico e social erguendo os chamados “**sobrados**” (Figura 20) – habitações de um ou mais pavimentos (Weimer, 2012, p. 206). Ainda conforme a classificação de Weimer, ainda havia os **pseudo-sobrados** com um porão ou sótão com medidas mínimas de altura que dava para a rua, conferindo a falsa ideia de dois pisos (Weimer, 2012, p. 206). Esses pseudo-sobrados poderiam possuir ou não uma “camarinha”, um compartimento recuado de dimensões mínimas que poderia ser separado pelo beiral – ou integrado a ele (Weimer, 2012, p.207). A plasticidade dessas construções procurava figurar simbolicamente a “imponência”. (Weimer, 2012, p.210).

Figura 20: Sobrado na Rua do Amparo, Olinda, século XVII.



Fonte: Coisas da arquitetura, 2011. Disponível em: <https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2011/05/08/tipos-e-padroes-da-arquitetura-civil-colonial-ii/>. Acesso em 14 out. 2024.

A obra mencionada de Reis Filho descreve as transformações no traçado urbano brasileiro ocorridas a partir das alterações espaciais das moradas. No período colonial, as casas eram construções térreas construídas nos limites do lote, configurando a paisagem das vilas e cidades com certa uniformidade (Reis Filho, 1964, p. 22). Essa uniformidade se dá em decorrência da padronização das medidas fixada por documentos régios diversos, como cartas régias, alvarás ou mesmo resoluções dos vereadores das câmaras das povoações oficiais. Esses textos definiam as aberturas, as dimensões, as alturas e os alinhamentos. A uniformidade era igualmente percebida na distribuição dos ambientes domésticos das casas térreas (Reis Filho, 2012, p.24).

Em termos de técnica construtiva aplicada à casa colonial, muitas eram feitas de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão. Outras recorriam às suas paredes construídas em pedra, barro e

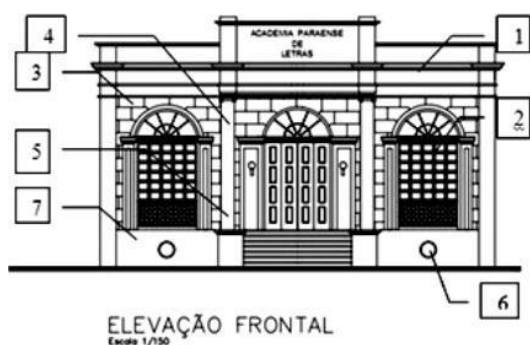
tijolos com revestimento de cal. A cobertura das residências se dava em telhado de duas águas – sem calhas ou sistema de captação de águas pluviais (Reis Filho, 2012, p. 26).

Enquanto o piso da casa térrea era de chão batido, no sobrado o assoalho era preferido, sendo empregadas, nos sertões do Norte, tábuas de aroeiras e/ou carnaúba. As vilas comportavam pessoas que habitavam, preferencialmente, as sedes das fazendas de criar ou engenhos, de maneira que a casa urbana era destinada para dias festivos ou para solucionar alguma questão na câmara (Reis Filho, 1964, p.30). Com isso, muitas residências urbanas ficavam a maior parte do tempo vazias, mas também incentivou a construção no traçado urbano, pois possibilitou a junção do conforto rural com o privilégio de participar da vida na cidade.

De acordo com Reis Filho (1964, p. 34), no começo do século XIX, as construções ainda eram edificadas no limite do lote, junto com o alinhamento da via, assim como as casas coloniais; porém, algumas alterações sutis na fachada já eram percebidas, como a porta de entrada ser um pouco maior que as demais.

Com a difusão da arquitetura neoclássica, houve, sobretudo nos grandes centros urbanos, o emprego de outras técnicas construtivas (Figura 21) que não fossem a taipa, além do uso de escadaria, colunas e frontões nas fachadas (Reis Filho, 1964, p.36). A grande inovação ocorreu mediante a delimitação de um pequeno jardim frontal rodeado de gradil (Reis Filho, 1964, p.37). A abertura dos portos brasileiros em 1808 possibilitou a importação de equipamentos utilizados na construção europeia, popularizando as platibandas, a partir dos anos 1840, substituindo os antigos beirais. O comércio com outros impérios europeus depois de 1808 possibilitou que a elite local comprasse vidros para usar nas bandeiras das portas e janelas (Reis Filho, 1964, p. 37). Difunde-se o telhado de quatro águas, no momento em que a casa ou sobrado se livra dos limites do lote (Reis Filho, 1964, p. 38).

Figura 21: Fachada frontal da Academia Paraense de Letras.



LEGENDA

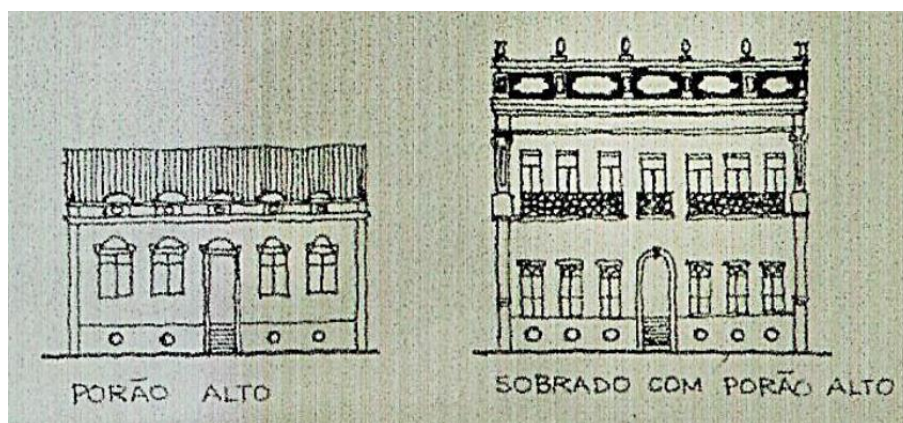
- 1: Platibanda cheia, típica do classicismo imperial brasileiro.
- 2: Simetria e ritmo.
- 3: *Rusticatto*
- 4: *Decorum*
- 5: Lei do fechamento
- 6: Emprego de elementos geométricos
- 7: Predomínio de cheios sobre vazios

Fonte: Esquema de Juliane Oliveira Santa Brígida, 2014. Disponível em:

http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/arqcivil_para.htm. Acesso em 14 out. 2024.

Já na primeira metade do Oitocentos, as ideias de higiene já se propagavam por todas as províncias do Império do Brasil por meio de notícias de jornais ou relatos dos presidentes das províncias. A necessidade de controle da disseminação de doenças possibilitou o surgimento da “**casa de porão alto**” (Figura 22), a qual, conforme Reis Filho (1964, p. 40), seria a transição da casa térrea para o sobrado, pois possuía um desnível entre a calçada e a casa. Esse desnível seria solucionado pela introdução de pequenas ou grandes escadas. Após a escadaria, seguia a porta de entrada, agora com puxadores de ferro vindos da Inglaterra ou comprados por representantes das empresas do ramo da siderurgia. Como bem ressaltou Geraldo Gomes (1986, p. 86), a introdução de produtos industriais na arquitetura se deu sem nenhuma resistência civil, pois os produtos importados já eram parte integrante da vida cotidiana. Além disso, objetos decorativos foram adicionados às fachadas - ânforas, estátuas e fruteiras sobre as platibandas, balaustradas, pilastras, janelas com peitoril de ferros e bandeiras de vidro (Reis Filho, 1964, p.40).

Figura 22: Fachada frontal de casas com porão alto.



Fonte: Reis Filho, 2000.

Com a imigração de pessoas da Itália, Alemanha, Espanha, Japão e outras nações e a abolição da escravidão entre meados do século XIX e começo do século XX, surge a camada social de trabalhadores assalariados, sendo muitos deles mestres de obras capazes de executar projetos arquitetônicos com novas técnicas construtivas e estilizações oriundas de seus lugares de origem (Reis Filho, 1964, p. 44). Nesse momento, leis municipais ou provinciais de teor urbanístico são homologadas em diferentes partes do Brasil. Nesse sentido, aparecem os recuos de um dos lados do lote – enquanto o outro ainda estava no limite do terreno ou com um recuo mínimo. Nas grandes residências, havia um jardim no recuo lateral, possibilitando a entrada de ar e iluminação natural. A porta é transferida da fachada principal para as laterais, que, em muitos casos, eram convertidas em pequenos jardins (Reis Filho, 1964, p.46). Em contrapartida, as residências mais simples continuavam com a mesma fórmula espacial herdada da colônia.

Os imigrantes, a Revolução Industrial e a burguesia brasileira estavam atentas às técnicas construtivas que estavam cada vez mais especializadas: as casas eram construídas de tijolos e com telhas Marselha, portas e janelas de madeira serrada, as varandas possuíam lambrequins, espécie de beirais de madeira serrada usados como decoração da fachada (Reis Filho, 1964, p.48). Após a abolição da escravidão, em 1888, e a proclamação da República, em 1889, a implantação das casas urbanas previa espaços exteriores mais amplos para além dos limites do lote (Reis Filho, 1964, p.49). Inicialmente, era um pequeno afastamento lateral; depois, o afastamento aumentou, dando margem à criação de jardins, como antes comentado (Reis Filho, 1964, p.49).

Com a implantação de redes de esgotos, abastecimento de água e iluminação no início do século XX, os centros urbanos receberam um bom número de pessoas que abandonavam o campo em busca de melhores condições de vida. Reis Filho (1964, p. 52) argumenta que, em decorrência desse fato, houve uma hibridização dos sobrados com as chácaras, ou seja, a arquitetura da cidade com o conforto e modelo espacial do meio rural. Dessa forma, as casas, além dos amplos jardins, eram modeladas por porões altos e organização doméstica complexa, muitas vezes tentando replicar os hábitos da burguesia europeia (Reis Filho, 1964, p.56).

Depois da Primeira Guerra Mundial, conjuntos de habitação popular de casas pequenas enfileiradas que ocupavam um mesmo terreno passaram a ser habituais nas metrópoles brasileiras. Era ali onde a classe operária vivia em condições insalubres de vida, já que uma casa pequena poderia abrigar duas, três ou mais famílias. Essas construções ficaram conhecidas como “cortiços” e tornaram-se bastante populares, principalmente entre a população de baixa renda (Reis Filho, 1964, p.58). Para Carlos Lemos (1989, p. 58), em termos urbanísticos, o

cortiço seria uma solução proveitosa porque, além do alto grau da densidade populacional apropriado à cidade sem transportes, essa arquitetura residencial ocupava áreas sem uso no centro dos quarteirões.

As políticas do Brasil republicano se preocuparam com o desenvolvimento industrial, de maneira que a forma da construção habitacional recebeu, entre 1920 e 1940, aprimoramento das técnicas construtivas por meio da mão-de-obra europeia imigrante (Reis Filho, 1964, p.64). Nas residências populares e de classe média, era comum a repetição dos conjuntos de casas mais econômicas com características das residências mais abastadas, só que de maneira simplificada (Reis Filho, 1964, p.66-67). Aparecem os recuos na parte frontal do lote – com um espaço entre o limite do terreno e a via pública. As famílias criavam pequenos jardins. Dependendo do lugar, os construtores dessas moradas reconheciam as lógicas estéticas do modernismo europeu nascente, com suas linhas retas, platibandas e ausência completa de ornamento (“Ornamento e crime”, apregoava Adolf Loos), ou buscavam soluções chamadas de modernas segundo as classificações brasileiras (Reis Filho, 1964, p.68).

A importação de modelos europeus não se restringiu à construção e embelezamento das fachadas e interiores. As cidades-jardins propostas por Ebenezer Howard no final do século XIX tornam-se exemplares de como construir os espaços públicos integrados com a natureza (Wolff, 2015, p. 32). Em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras cidades, surgiram os “bairros-jardins”, como o Jardim América da capital paulistana. Neles, observa-se a consolidação formal entre o sobrado e a chácara. As casas dos “bairros-jardins” foram implantadas “soltas” nos lotes (Figura 23), vencendo a obrigatoriedade dos recuos (Reis Filho, 1964, p.71). Os cômodos próximos ao acesso principal eram decorados com papéis de parede para receber as visitas. Em contrapartida, as áreas dos serviços domésticos (onde estavam os trabalhadores) eram destinadas à parte mais afastada da área de convívio familiar. Nessas casas, o tratamento paisagístico acompanhava esse viés para oferecer ao passante uma noção de prestígio social (Reis Filho, 1964, p.72). Quando não possuíam algerozes e calhas, ou mesmo platibandas, os jardins captavam as águas pluviais oriundas dos telhados (Reis Filho, 1964, p.78).

Figura 23: Palacete do Conde Alexandre Siciliano como exemplo de uma casa em bairro-jardim em São Paulo.



Fonte: São Paulo Antiga, 2013. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/palacete-do-conde-alexandre-siciliano/>. Acesso em 14 out. 2024.

4.2. Moradas do centro da cidade de Juazeiro do Norte

Nesse subtópico, serão estudadas de maneira sucinta a arquitetura de algumas moradas de Juazeiro do Norte com base nas características expostas no tópico 3.1 do presente capítulo. Algumas casas abordadas (Quadro 2) são reconhecidas como patrimônio municipal de Juazeiro do Norte segundo o decreto nº 459 de 27 de maio de 2019 (ver anexo A).

Art. 1º Ficam provisoriamente tombados como patrimônio histórico, cultural e artístico do Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, os imóveis abaixo indicados: II – Casa Museu do Padre Cícero – Rua São José, nº 242; [...] VII – Antiga Sede do Bispado – Rua São José, nº 120; XVIII – Rua São José, nº 110; [...] XX – Casarão dos Viana – Rua São Francisco com Av. Padre Cícero, nº 376; XXI – Rua Padre Cícero esquina com Rua do Cruzeiro, nº 286 [...].” (Juazeiro do Norte, CE, 2019, p. 1-2).

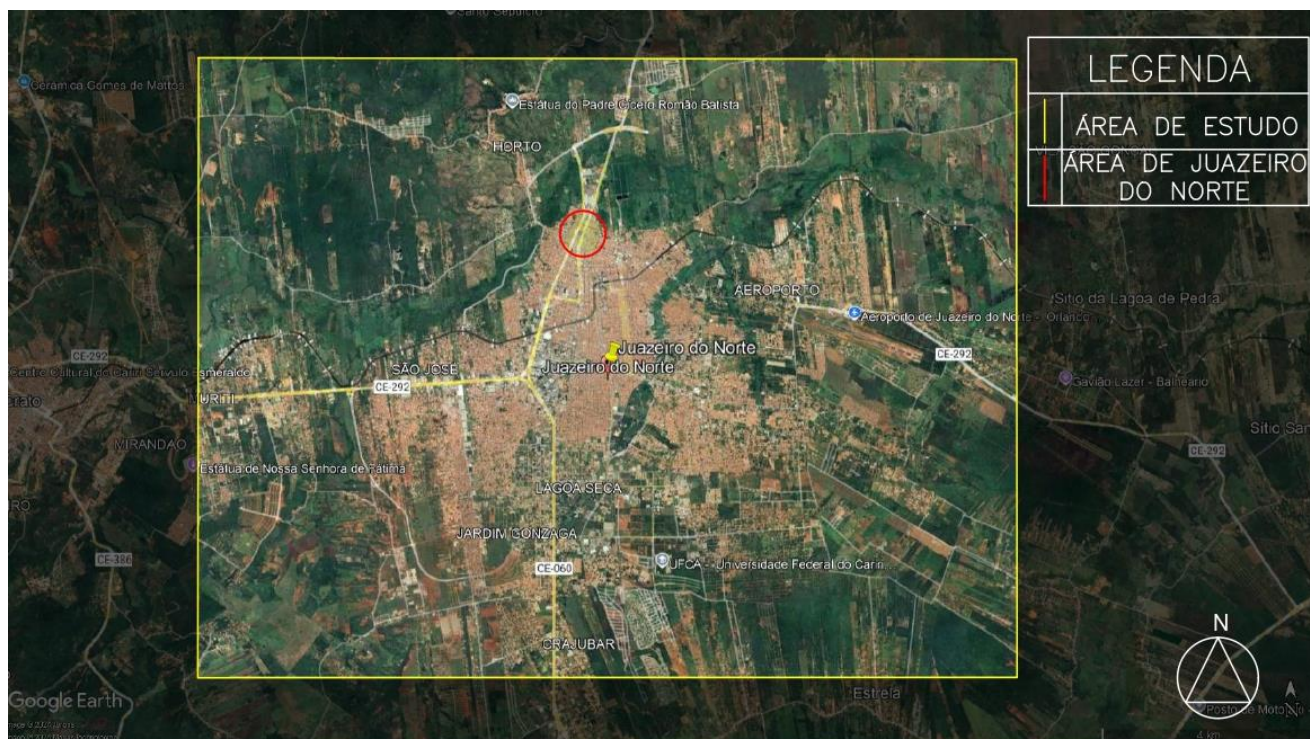
Quadro 2: Moradas reconhecidas como patrimônio municipal de Juazeiro do Norte.

Identificação	Fachada
Casa Museu do Padre Cícero – Rua São José, nº 242	
Antiga Sede do Bispado – Rua São José, nº 120	
Rua São José, nº 110	
Casarão dos Viana – Rua São Francisco com Av. Padre Cícero, nº 376	
Rua Padre Cícero esquina com Rua do Cruzeiro, nº 286	

Fonte: Juazeiro do Norte, CE (2019), adaptado pela autora, 2024. Imagens autorais, 2024.

As residências selecionadas para compor esse estudo estão localizadas no bairro Centro da cidade (Mapas 3 e 4). Ao todo, foram 12 moradas em 4 ruas (Mapa 5), todas partindo da Praça Padre Cícero, núcleo central entre elas: rua Padre Cícero, rua São José, rua do Cruzeiro e rua São Francisco.

Mapa 3: Localização da área de estudo no mapa de Juazeiro do Norte.



2 ÁREA DE JUAZEIRO DO NORTE

ESCALA 1:4000

Fonte: Elaborado e vetorizado pela autora a partir do Google Earth, 2024.

Mapa 5: Localização das residências estudadas.

4

MAPA DAS RESIDÊNCIAS

ESCALA 1:100

Fonte: Elaborado e vetorizado pela autora a partir do Google Earth, 2024.

As moradas se organizam em ordem cronológica para aquelas em que a data de construção foi obtida. Os exemplares sem identificação de data estarão dispostos no final, seguindo a ordem de numeração da casa para melhor compreensão do momento histórico e desenvolvimento urbano. Dessa forma, aparecem nessa ordem: Casa 126 (1906), Sobrados 110 e 120 (1909), Casa 362 (1922), Casa 134 (1932), Casarão Padre Cícero (1934), Casa 376 (1945), Casa 286, Sobrado 203, Casa 308, Casa 464 e Bangalô 436.

A **Casa 126** (Mapa 6 e Figura 24), localizada na rua São José, foi construída em meados de 1906 e foi a casa onde o Padre Cícero viveu por mais de duas décadas (até 1928) (Júnior, 2021). É uma casa de “meia morada”, com a porta do lado direito e duas janelas do lado esquerdo, com paredes construídas no limite do lote voltado para a rua. Além disso, possui platibanda com cimalkas e suas esquadrias de verga reta, não originais, são de madeira, sem bandeiras e com volume definido por murais lisos. Nessa habitação, o Padre Cícero abençoava seus fiéis na porta, como fica evidente na imagem da figura 25.

Mapa 6: Localização da Casa 126.



Fonte: Elaborado e vetorizado pela autora a partir do Google Earth, 2024.

Figura 24: Fachada da Casa 126, a primeira casa do Padre Cícero.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 25: Padre Cícero abençoando os fiéis na porta da sua casa em 1920.



Fonte: Acervo de Renato Casimiro e Daniel Walker.

Em 1909, como forma de atrair a diocese para a cidade, Padre Cícero constrói dois sobrados (Figuras 26 e 27) ao lado da sua casa definitiva: **Sobrado 120** (Mapa 7), de cor amarela – e o palácio episcopal – **Sobrado 110** (Mapa 8), de cor vermelha. Contudo, a Igreja decidiu instituir a sede de bispado na cidade do Crato em 1914 (Júnior, 2021), de maneira que as casas serviram para ele receber outras figuras eclesiásticas proeminentes que visitavam Juazeiro do Norte (Júnior, 2021). Esses sobrados possuem algumas características em comum: ambos possuem três portas frontais, sendo a do meio maior; esquadrias em madeira, sem bandeira. Provavelmente, as portas e janelas originais eram feitas em tabuado vertical, encaixadas no sistema “macho-fêmea”; platibanda, guarda-corpo de ferro e colunatas. O sobrado 110 foi implantado nos limites do lote, já o 120 apresenta afastamento da lateral esquerda. As molduras e relevos das esquadrias do sobrado 110 são planos e a do sobrado 120 em arco abatido trilobado, usado, sobretudo, na arquitetura religiosa, pois lembram os elementos decorativos da Idade Média, período áureo do catolicismo europeu. O Sobrado 120 possui frontão triangular.

Mapa 7: Localização do Sobrado 110.



Fonte: Elaborado e vetorizado pela autora a partir do Google Earth, 2024.

Mapa 8: Localização do Sobrado 120.



Fonte: Elaborado e vetorizado pela autora a partir do Google Earth, 2024.

Figura 26: Vista dos sobrados em 1980.



Fonte: Acervo de Renato Casimiro e Daniel Walker.

Figura 27: Sobrados 120 e 110, respectivamente, ao lado da primeira casa do Padre Cícero.



Fonte: Autoral, 2024.

A **Casa 362** (Mapa 9 e Figura 28), localizada na rua Padre Cícero, é conhecida como o Solar dos Bezerra de Menezes – família influente na política juazeirense – e foi construída entre 1922 e 1923 (Figura 39) pelo comerciante Joaquim de Paula (Júnior, 2021). A casa, porém, só foi adquirida pela família em 1952 para ser a “casa da cidade” (Júnior, 2021). A ornamentação da fachada é rica, com motivos em baixo-relevo no conjunto de platibandas que lembram

balaustradas (parte superior), cimalha, cunhal e geometrismos encontrados na cerâmica marajoara, como nos desenhos da Grécia antiga.

Mapa 9: Localização da Casa 362.



Fonte: Elaborado e vetorizado pela autora a partir do Google Earth, 2024.

Figura 28: Fachada da Casa 362, o Solar dos Bezerra de Menezes.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 29: Casa de Joaquim de Paula finalizada, em 1923, cuja fachada se encontra atrás da árvore.



Fonte: Acervo de Renato Casimiro e Daniel Walker.

Essa casa é um exemplo de “morada inteira”, com sua implantação nos limites do lote, janelas voltadas para a rua, assim como a entrada principal e uma entrada lateral – que era destinada a serviço. Além disso, há 3 janelas de cada lado da porta principal (decoradas com arcos), bandeiras de vidro e guarda-corpo de grade detalhada (Figuras 30 e 31).

Figura 30: Detalhe das janelas e platibandas.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 31: Detalhe da porta e dos arcos.



Fonte: Autoral, 2024.

A **Casa 134**, ou a Casa da Arandela (Mapa 10 e Figura 32), fica localizada na rua São José (vizinha à casa 126). Conforme depoimento do entrevistado, sobrinho da atual moradora, a fachada passou por modificação entre os anos de 1936 e 1945. Além disso, em 1962, a morada foi adquirida pela atual família – que a habitava desde 1960. A partir de então, a família preserva a fachada e a maioria dos cômodos internos nos moldes originais.

Mapa 10: Localização da Casa 134.



Fonte: Elaborado e vetorizado pela autora a partir do Google Earth, 2024.

Figura 32: Fachada da casa 134 ou Casa da Arandela.



Fonte: Autoral, 2024.

Nessa casa, é possível identificar um recuo frontal e a platibanda com elementos decorativos diversos, sobretudo o texturizado, que lembram a “rusticação”, isto é, imitação de formas “rústicas” encontradas na natureza. No seu interior, foram conservados os arcos dos vãos (Figura 33), a maioria das esquadrias de madeira (Figuras 34 e 35) e o madeiramento em carnaúba do telhado de duas águas (Figura 36).

Figura 33: Arcos no interior da casa, fazendo a divisão dos cômodos.



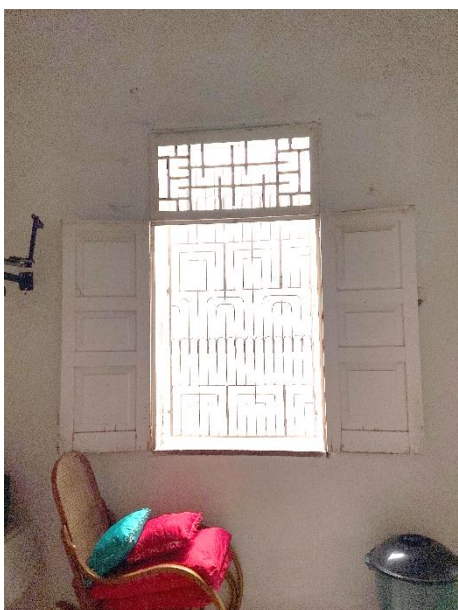
Fonte: Autoral, 2024.

Figura 34: Porta original interna.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 35: Janela original.



Fonte: Autoral, 2024

Figura 36: Madeiramento original de carnaúba.



Fonte: Autoral, 2024

De acordo com o relato do entrevistado, o telhado foi trocado em decorrência de patologias que surgiram com o tempo e devido ao destelhamento. A umidade proveniente das fortes chuvas prejudicou o piso original da casa em ladrilho, sendo necessário substituí-lo. A família ainda guarda alguns exemplares originais como forma de recordação da história e memória do imóvel (Figuras 37 a 42).

Figura 37: Ladrilho quadriculado.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 38: Ladrilho externo.



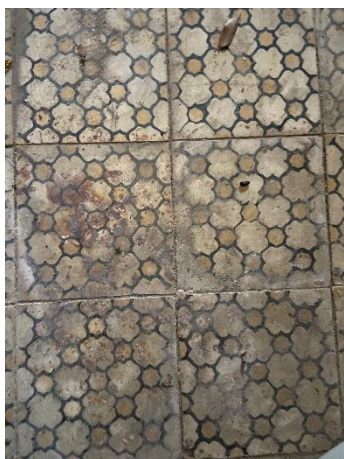
Fonte: Autoral, 2024.

Figura 39: Ladrilho floral.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 40: Ladrilho em pontos.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 41: Ladrilho em cruz.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 42: Ladrilho verde e amarelo.



Fonte: Autoral, 2024.

A planta baixa da Casa 134 se assemelha à divisão dos espaços original, sendo necessárias algumas mudanças para adaptação ao cotidiano doméstico da família com o passar do tempo – como a construção de um banheiro no interior da casa. Em conversa com o entrevistado, foi possível fazer a representação da planta interna original da casa (ver apêndice C).

A partir da planta baixa, é possível analisar algumas características do final do século XIX, conforme as descrições de Reis Filho (1964) e Lemos (1989): *hall* de entrada (ou vestíbulo), sala na frente e quartos sem iluminação no meio, corredor lateral que leva até o interior da casa, cozinha e área de serviço no final da casa, além da presença da sala de banho separada do sanitário. Os quartos no meio se interligam apenas por portas internas; e o corredor externo se direciona ao quintal da casa (não representado neste desenho).

O **Casarão Padre Cícero** ou a Casa Museu Padre Cícero (Figura 43) – onde o religioso residiu durante seus últimos anos de vida – fica localizado na rua São José (Mapa 11) e foi construído em 1934, sendo uma morada inteira e meia com a porta principal central e quatro janelas de cada lado. O medalhão situado acima da porta de entrada foi criado pelo escultor italiano Agostino Balmes Odísio (Siqueira, 2011, p. 134). Há uma pequena marquise que separa o pano de parede da entrada da platibanda escalonada. É uma casa com seu lote no limite da rua, além de possuir uma entrada lateral para serviços. Após a morte do Padre Cícero, a casa ficou fechada por anos; atualmente funciona o museu memorial. Foi tombado ao nível municipal em 2019.

Mapa 11: Localização do Casarão Padre Cícero.



Fonte: Elaborado e vetorizado pela autora a partir do Google Earth, 2024.

Figura 43: Fachada do Casarão Padre Cícero.



Fonte: Autoral, 2024.

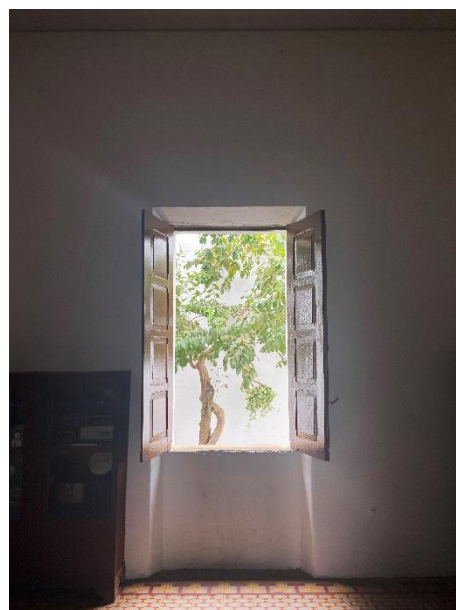
Sua estrutura foi preservada, assim como os elementos construtivos. A bandeira das portas apresenta rendilhados vazados. É possível analisar as esquadrias de madeira (Figuras 44 e 45), os arcos que separam os ambientes (Figura 46) e pilastras na varanda que seguram o grande beiral do telhado (Figura 47). Seus ladrilhos originais também foram todos preservados (Figuras 48 a 51).

Figura 44: Porta de madeira.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 45: Janela de madeira.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 46: Arco com esquadria de madeira.



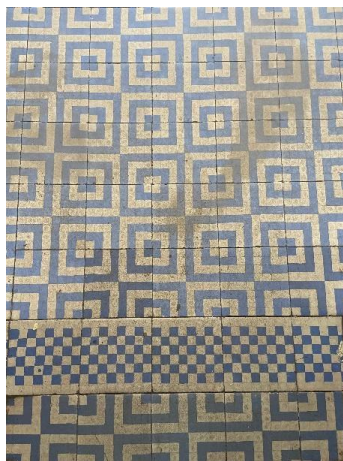
Fonte: Autoral, 2024.

Figura 47: Beiral e pilastras da varanda.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 48: Ladrilho quadrados.

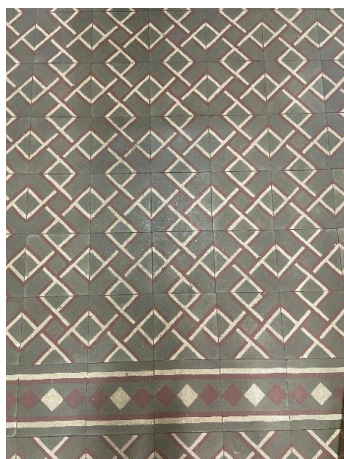


Fonte: Autoral, 2024.

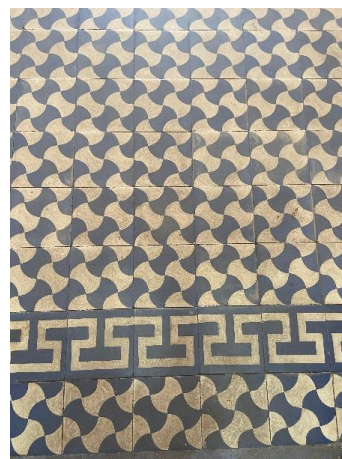
Figura 49: Ladrilho cruz.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 50: Ladrilho losango.

Fonte: Autoral, 2024.

Figura 51: Ladrilho Copacabana.

Fonte: Autoral, 2024.

A sua planta baixa (ver apêndice D) possui características de uma morada inteira e meia: *hall* de entrada pelo qual a sala de vistas e o escritório são acessados; corredor central com portas para todos os quartos (dez ao todo, pois o Padre Cícero recebia muita gente em casa) – e que vai até a sala de jantar, cozinha e varanda. É interessante notar que há dois corredores externos, um de cada lado, para ventilação e iluminação natural dos quartos. A área de serviço, a sala de banho e o sanitário ficam isolados da casa (Figura 52), além da existência de um pátio externo no quintal (Figura 53).

Figura 52: Vista do pátio externo.

Fonte: Autoral, 2024.

Figura 53: Sala de banho e sanitário isolados no fundo do quintal.

Fonte: Autoral, 2024.

A **Casa 376** (Figura 54) – ou o Casarão dos Viana – fica localizada na rua Padre Cícero (Mapa 12) e é um exemplar de esquina com jardim frontal. Ela foi construída provavelmente em 1945. Hoje funciona uma escola técnica – passando por reformas internas para adaptação ao seu novo uso – em homenagem ao professor e escritor Daniel Walker. Nela, é possível identificar o uso de platibanda com cimbalha, escadaria e colunas na fachada, esquadrias de madeira com bandeiras de vidro que não são as originais, além do guarda-corpo de ferro.

Mapa 12: Localização da Casa 376.



Fonte: Elaborado e vetorizado pela autora a partir do Google Earth, 2024.

Figura 54: Fachada da Casa 376 ou Casarão dos Viana.



Fonte: Autoral, 2024.

A volumetria original manteve-se (Figura 55), assim como o piso em ladrilho na parte externa (Figura 56), o vão da escada (Figura 57) e o vão da área aberta do térreo (Figura 58). Já o piso e o forro em madeira na parte interna são frutos de reformas posteriores (Figura 59).

Figura 55: Lateral da Casa 376.



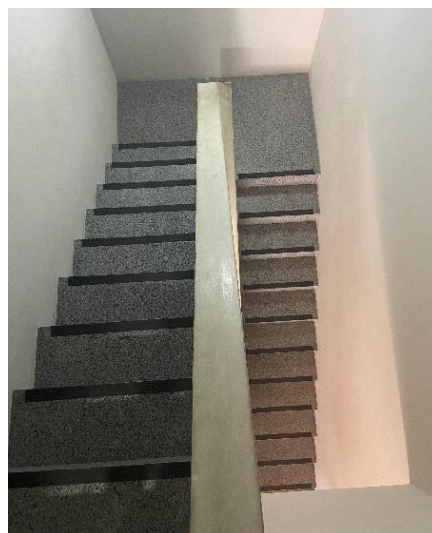
Fonte: Autorial, 2024.

Figura 56: Ladrilho externo da Casa 376.



Fonte: Autorial, 2024.

Figura 57: Escadaria com dimensão original da Casa 376.



Fonte: Autorial, 2024.

Figura 58: Vão do térreo da Casa 376.

Fonte: Autoral, 2024.

Figura 59: Forro e piso de madeira da Casa 376.

Fonte: Autoral, 2024.

A **Casa 286** (Figura 60) fica localizada na rua Padre Cícero (Mapa 13) e é uma casa “três quartos de morada” com a seguinte configuração na fachada principal: a porta do lado direito e as três janelas do lado esquerdo. É uma casa de esquina também com seu terreno no limite da rua e possui uma outra entrada nos fundos para serviço. Devido à sua implantação, na empena da esquina, os construtores decidiram, em vez de deixá-la “cega”, abrir o pano de parede com um conjunto de oito janelas para iluminação dos ambientes internos.

Mapa 13: Localização da Casa 286.

Fonte: Elaborado e vetorizado pela autora a partir do Google Earth, 2024.

Figura 60: Fachada da Casa 286.



Fonte: Autoral, 2024.

Suas esquadrias são de verga reta, com porta de madeira e detalhe em ferro – na bandeira e na grade – e suas janelas são de madeira com bandeira de vidro e grade de ferro detalhada (Figura 61). É uma casa com platibanda com pináculos em formato de “noz”, cimbalha e cunhal. Na sua lateral (Figura 62), é possível observar as janelas dos cômodos – também de madeira com bandeira de vidro – e a entrada dos fundos.

Figura 61: Detalhe das janelas e guarda-corpo.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 62: Lateral da Casa 286.



Fonte: Autoral, 2024.

Na rua do Cruzeiro (Mapa 14), localiza-se o **Sobrado 203** (Figura 63). Atualmente, é predominantemente comercial. Suas características arquitetônicas e ornamentais ainda são preservadas e, por isso, foi selecionado para compor o catálogo descritivo dessa pesquisa. Por ser de esquina, além do chanfrado na volumetria que configura a esquina, possui dez esquadrias e, hoje, é dividido por portas na parte térrea e janelas no primeiro andar. Todas elas são de madeira com bandeiras de vidro e arcos ao redor (Figura 64). Possui platibanda e o seu terreno é no limite da rua. A platibanda é separada do pano de parede por meio de cimalha, que parece sustentada por pilastras que definem a modulação dos vãos internos do piso superior.

Mapa 14: Localização do Sobrado 203.



Fonte: Elaborado e vetorizado pela autora a partir do Google Earth, 2024.

Figura 63: Fachada do Sobrado 203.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 64: Detalhe das janelas do Sobrado 203.



Fonte: Autoral, 2024.

A **Casa 308** (Mapa 15 e Figura 65) era inicialmente residencial; contudo, seu proprietário a alugou para servir como comércio de venda de artesanato e literatura de cordel. Observa-se que sua fachada passou por modificações: a troca da janela por um portão. A partir de experiências *in situ*, foi possível acessar o interior e desenhar um *croqui* de sua planta baixa

não descaracterizada. Trata-se de um exemplar porta-janela – com o recuo da porta –, com platibanda e escadaria para nivelar a entrada com a rua.

Mapa 15: Localização da Casa 308.



Fonte: Elaborado e vetorizado pela autora a partir do Google Earth, 2024.

Figura 65: Fachada da Casa 308.



Fonte: Autoral, 2024.

Em seu interior, seu piso de ladrilho (Figuras 66 e 67) foi preservado, bem como as esquadrias de madeira (Figura 68). Na divisão da sala íntima com a sala de jantar, há um grande arco de curvas e recurvas (Figura 69).

Figura 66: Ladrilho em X.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 67: Ladrilho quadriculado.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 68: Esquadrias originais de madeira.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 69: Arco interno.



Fonte: Autoral, 2024.

No *croqui* da planta baixa (ver apêndice E), nota-se que a sala de visitas se localiza na frente da edificação, os quartos sem iluminação no meio, o corredor no mesmo lado da porta principal (lado direito) e que une a sala de visitas à sala íntima. A sala de jantar e a cozinha têm conexão por meio da sala íntima. Já a sala de banho, sanitário e área de serviço são ambientes externos.

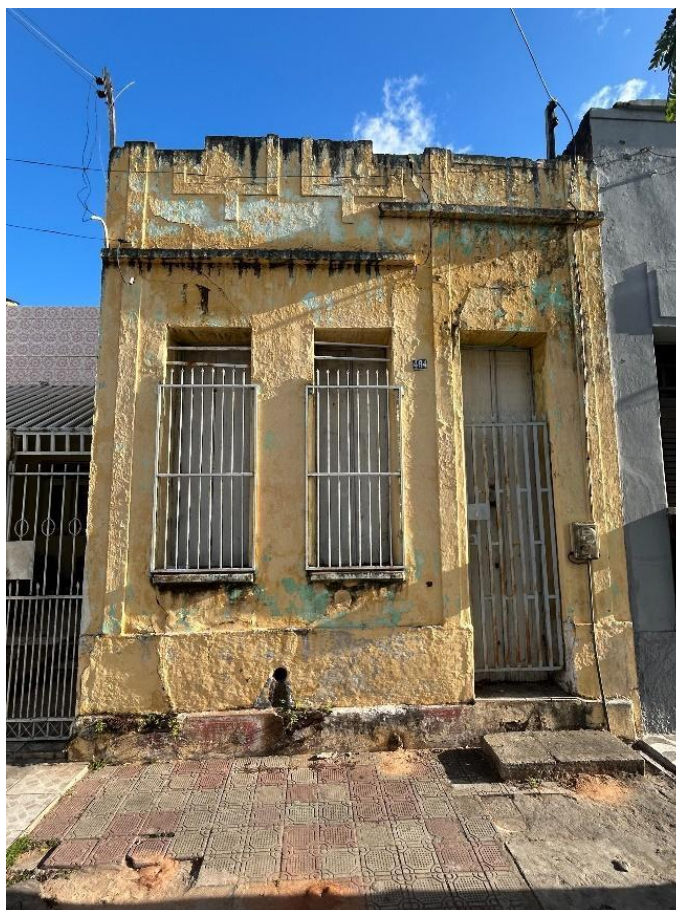
A **Casa 464** (Mapa 16 e Figura 70) é uma casa de meia morada com a porta à direita e as duas janelas à esquerda, esquadrias de madeira, platibanda com relevos em figuras retilíneas (Figura 71) e edificação construída nos limites do lote e da rua. Não se sabe se, atualmente, ela está abandonada. Também não se obteve informação sobre seu ano de construção.

Mapa 16: Localização da Casa 464.



Fonte: Elaborado e vetorizado pela autora a partir do Google Earth, 2024.

Figura 70: Fachada da Casa 464.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 71: Platibanda com elementos decorativos em relevo.



Fonte: Autoral, 2024.

Na rua São Francisco (Mapa 17), encontra-se o **Bangalô 436** (Figura 72). Arquitetura referencial por sua volumetria lembrar o “estilo missões”, comum, sobretudo, no estado da Califórnia, dos Estados Unidos. No Brasil, conforme Geraldo Gomes (1999, p. 8-10), essa modalidade foi difundida para diferentes latitudes por meio de projetos arquitetônicos divulgados em matérias de jornais e revistas especializadas no assunto. Na sua construção, observam-se os recuos frontal e lateral – sendo esse maior e com um jardim (Figura 73). Há

uma pequena varanda coberta por onde se acessa a residência, além de funcionar também como varanda para o cômodo superior (Figura 74). O ladrilho apresenta flores. Suas esquadrias não são originais, mas são de madeira, seu telhado é de quatro águas e seu guarda-corpo é de alvenaria e vazado.

Mapa 17: Localização do Bangalô 436.



Fonte: Elaborado e vetorizado pela autora a partir do Google Earth, 2024.

Figura 72: Fachada do Bangalô 436.



Fonte: Autoral, 2024.

Figura 73: Lateral do Bangalô 436.

Fonte: Autoral, 2024.

Figura 74: Vão frontal do Bangalô 436.

Fonte: Autoral, 2024.

Em suma, a exploração das moradas de Juazeiro do Norte não apenas destaca sua riqueza arquitetônica, mas também reforça a necessidade de preservação desse patrimônio, essencial para a continuidade da memória e identidade cultural da cidade. Através dessas edificações, é possível traçar um panorama da evolução urbana e das interações sociais ao longo do tempo, que ainda ressoam na experiência cotidiana dos juazeirenses.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi possível atender plenamente aos objetivos delineados, confirmando a importância das moradas históricas de Juazeiro do Norte como elementos essenciais para compreender a memória arquitetônica e social da cidade. A análise das moradas, situada no coração da cidade, permite resgatar a história urbana e o desenvolvimento da identidade coletiva, expressa nas construções e formas arquitetônicas.

No que diz respeito ao embasamento teórico sobre memória, a aplicação das ideias de Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs e Ecléa Bosi proporcionou uma base sólida para examinar as nuances da memória coletiva e a relação complexa entre memória e história. A partir de Le Goff, foi estabelecida uma distinção epistemológica entre “memória” e “história”, crucial para interpretar as moradas como mais que registros históricos — como espaços de significado cultural, afetivo e identitário para a população de Juazeiro do Norte. Halbwachs ampliou essa visão ao introduzir a noção de que a memória individual é constantemente influenciada pelo contexto social, sendo assim moldada e preservada em comunidade. Ecléa Bosi, por sua vez, ao abordar a memória de modo afetivo, destacou a importância das lembranças coletivas ligadas ao espaço e ao tempo, ressaltando o valor emocional e a dimensão vivencial que as moradas históricas representam. A aplicação desses conceitos ao contexto específico de Juazeiro do Norte reforçou o papel das moradas como repositórios de uma história vivida, onde a memória é transmitida através das gerações, configurando a identidade cultural local.

O estudo da urbanização do Ceará e, mais especificamente, de Juazeiro do Norte, fundamentado pelas análises de Murillo Marx, Clovis Ramiro Jucá Neto e Damião Esdras Araujo Arraes, ofereceu uma compreensão contextualizada das dinâmicas que moldaram o desenvolvimento urbano e os desafios enfrentados pela preservação das edificações históricas. Ao se debruçar sobre as complexidades da urbanização, esse estudo evidenciou as implicações socioeconômicas que impactaram diretamente as moradas tradicionais, particularmente aquelas situadas nas proximidades da Praça Padre Cícero, núcleo de valor histórico e cultural inestimável. O panorama apresentado reafirma a necessidade de uma abordagem cuidadosa e crítica na preservação de áreas urbanas de alto valor patrimonial, onde interesses de modernização frequentemente coexistem em tensão com os objetivos de conservação.

O exame das tipologias residenciais e dos espaços domésticos, apoiado nas contribuições de Günter Weimer, Nestor Goulart Reis Filho e Carlos Lemos, possibilitou a caracterização minuciosa das principais tipologias residenciais que ainda sobrevivem no núcleo original da cidade. A análise das fachadas e da configuração interna das moradas revelou traços arquitetônicos únicos que definem a autenticidade e singularidade das edificações de Juazeiro do Norte. Esses traços específicos traduzem os modos de vida, as aspirações estéticas e os valores culturais das gerações que habitaram a cidade, consolidando as moradas como testemunhos materiais de um período marcante da história local. Esse levantamento tipológico também contribuiu para uma percepção mais ampla da identidade arquitetônica da cidade, revelando como as moradas refletem tanto a adaptação ao contexto local quanto a expressão de uma herança cultural mais ampla.

Assim, ao alcançar plenamente os objetivos específicos e cumprir o propósito principal de caracterizar historicamente as moradas do núcleo original da cidade, este trabalho reitera a importância da preservação arquitetônica como uma prática indispensável para o resgate e a manutenção da memória coletiva de Juazeiro do Norte. Mais do que a preservação de estruturas físicas, este estudo defende a salvaguarda dos valores, dos significados e das experiências de uma cidade cuja identidade está profundamente enraizada em seu patrimônio arquitetônico. A conservação das moradas históricas não apenas reforça o elo com o passado, mas também atua como um veículo de continuidade e valorização da história coletiva, contribuindo para o reconhecimento da herança cultural e arquitetônica da cidade e inspirando futuros esforços de preservação e valorização patrimonial.

REFERÊNCIAS

ALEMÃO, Freire. Os manuscritos do botânico Freire Alemão. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. 81. Ano 1961. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1964.

ALVIM, Maria Rosaline Barbosa. Artesanato, tradição e mudança social – um estudo a partir da ‘arte do ouro’ de Juazeiro do Norte. In: RIBEIRO, Berta G. **O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. Funarte; Instituto Nacional do Folclore, 1983. pp. 49-75.

ARRAES, Damião Esdras Araujo. **Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARRAES, Damião Esdras Araujo. **Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “Certoens” do Norte (c.1666-1820)**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARRETO, Paulo T. **O Piauí e sua arquitetura**. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1938, n. 2, p.187-223.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Padre Cícero Romão Baptista e os fatos do Joazeiro: autonomia político-administrativa. / Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, organizadora. – Fortaleza: Editora Senac Ceará, 2012.

BAYÓN, Damián. **Pensar con los ojos: ensayos de arte latino-americano**. México:Fondo de Cultura Económica, 1993.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf. Acesso em: 02 de maio de 2024.

BRASIL. Decreto nº 459, de 27 de maio de 2019. Institui o Tombamento Provisório de diversos bens localizados no Município de Juazeiro do Norte/CE. **Prefeitura de Juazeiro do Norte: Decreto Municipal**, [S. l.], 2019.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II**. 2 vols. São Paulo: Edusp, 2016.

CATÁLOGO DO ACERVO MUSEOLÓGICO DA FUNDAÇÃO MEMORIAL PADRE CÍCERO / Cristina Holanda (Organizadora), Claudinei Silva de Paula, Djulany Yorrana Gonçalves, Karla Fernanda de Lima Oliveira Tavares. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2020.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**/ Ralph Della Cava; tradução Maria Yedda Linhares. – 3ª ed.- São Paulo; Companhia das Letras, 2014.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Terreiros jesuíticos no Brasil. In: FRADE, Gabriel (org.). **Antigos aldeamentos jesuíticos: a Companhia de Jesus e os aldeamentos indígenas**. São Paulo: Edições Loyola, 2016. p.83-112.

GOMES, Assis Daniel. **Da “Terra do Padre Cícero” à “Cidade do Progresso”: intervenções urbanas em Juazeiro do Norte (1950-1980)** / Assis Daniel Gomes. – Salvador : Editora Pontocom, 2015.

GOMES, Geraldo. O estilo moderno na arquitetura de Pernambuco. In: **Anais do II Seminário DO.CO.MO.MO Brasil**. São Paulo, 8-10 de dezembro de 1999.

HALBWACHS, Maurice. **Mémoires collectives**, Presses Universitaires de France, Paris, 1950.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Inventários Participativos**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf. Acesso em 03 mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População de Juazeiro do Norte**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **A urbanização do Ceará setecentista - As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

JÚNIOR, Roberto. **Cariri das antigas**, 2021. A casa, ainda existente, em que o Padre Cícero viveu mais tempo. Disponível em: <https://cariridasantigas.com.br/a-casa-ainda-existente-em-que-o-padre-cicero-viveu-mais-tempo/>. Acesso em 05 set. 2024.

JÚNIOR, Roberto. **Cariri das antigas**, 2021. A história do Solar dos Bezerra de Menezes, um dos últimos suspiros da arquitetura da Praça Padre Cícero. Disponível em: <https://cariridasantigas.com.br/juazeiro-a-historia-do-solar-dos-bezerra-de-menezes-um-dos-ultimos-suspiros-da-arquitetura-da-praca-padre-cicero/>. Acesso em 05 set. 2024.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] - Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **História da casa brasileira**. 1989.

LEROI-GOURHAN, A. **Le geste et la parole**, 2 vols., Michel, Paris (trad. portuguesa: Edições 70, Lisboa, 1981- 83). 1964-65.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Juazeiro do Padre Cícero** (obra premiada pela Academia Brasileira de Letras em 1927) / Manoel Bergström Lourenço Filho – 4. ed. aum. – Brasília: MEC/Inep, 2002.

MARX, Murillo. **Cidades no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Edusp; Nobel, 1991.

MENEZES, F.; ALENCAR, G. **Homens e fatos na história do Juazeiro** (estudo cronológico - 1827-1934). Recife: EDUFPE, 1989.

NORA, P. **Mémoire collective** em J Le Goff R Chartier e J Revel (org) La nouvelle hisse vé Retz, Paris. 1970.

OLIVEIRA, Paulo Wendell Alves de. **Memória da cidade: transformações e permanências na produção espacial do núcleo de formação histórica da cidade de Juazeiro do Norte – CE**. Fortaleza, 2014.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; LOPES, Caryl Eduardo Jovanovich. **Monumento, monumentalidade, valor e poder: interações com a memória e preservação arquitetônica**. METAgraphias: letra JK de JK de utopias políticas possíveis, v. 3, n. 3, 2018.

OLIVEIRA, Paulo Wendell Alves de; SILVA, Josier Ferreira da. **Os agentes modeladores da produção espacial do núcleo de formação histórico de Juazeiro do Norte – CE**. Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 19, n. 2, 2015.

PERRONE, Rafael Antonio Cunha. **Os croquis e os processos de projeto de Arquitetura**. São Paulo: Altamira, 2018.

População estimada: Juazeiro do Norte. **IBGE**, 1959. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama>. Acesso em 13 nov. 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2009.

SIQUEIRA, Vera Odísio. **De Dom Bosco a Padre Cícero: a saga do escultor Agostinho Balmes Odísio discípulo de Rodin**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

SOARES, Douracy. **O Cariri - Crato - Juazeiro do Norte**. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1966.

TRAJANO, Lucas Eduardo da Silva. **Reconhecer a cidade**: discurso historiográfico sobre a memória e a história da urbanização e da arquitetura de Angicos/RN. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA), Pau dos Ferros, 2024.

APÊNDICE A – MAPA DA LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ, BRASIL.



Fonte: Autoral, 2024.

APÊNDICE B – ENTREVISTA DA CASA 134.

1) Qual a história da casa?

Foi construída antes de 1932 pois há uma fotografia desse ano onde mostra um pedaço da casa, então nessa época, ela já existia. Porém só há esse registro e por isso, não tem como saber com exatidão o ano de sua construção. Nessa fotografia antiga, sua fachada era diferente, então acho que os donos anteriores à minha tia mudaram para a fachada atual, já que não fizemos mudanças nela desde que meus tios adquiriram. Provavelmente mudaram a fachada entre 1936 e 1945, de acordo com minha tia que conhecia bem essa região. Mas uma coisa interessante sobre ela, é que uma parte de sua estrutura está ligada à estrutura da primeira casa do padre Cícero, que divide muro com esta casa.

2) Então a casa não foi construída pela sua família?

Não. Antes dos meus tios, ela pertencia à outras pessoas. Meus tios alugaram em 1960 e em 1962, meus tios ganharam um sorteio que o prêmio era um carro caro da época. Eles decidiram vender o carro e conseguiram comprar a casa. Desde então, ela pertence à minha família.

3) Quais elementos foram mantidos?

Além da fachada, que de vez em quando, apenas se renova a pintura, o madeiramento do telhado é original, de carnaúba, que me falaram que é madeira de lei. A maioria das portas e das janelas também são originais, assim como esses arcos que parecem até meio árabes. A divisão também a gente não mudou. O quintal também, que é bem grande. Minha tia só plantou algumas plantas, mas até a cacimba está lá.

4) E quais foram trocados/reformados ou deixaram de existir?

O telhado a gente precisou trocar pois estava velho e correndo risco de desabar. Inclusive, nessa troca, a casa ficou descoberta em época de chuva e estragou o piso. Tivemos que trocar o piso também, mas minha tia salvou todos os ladrilhos que conseguiu e os guarda até hoje no quarto dos fundos. Cada cômodo era de um ladrilho, depois te mostro. Também teve que ser construído um banheiro entre a sala (íntima) e a sala de jantar pois só tinha um banheiro nos fundos e ficou ruim para meus tios depois que envelheceram. Com essa reforma, a sala de jantar diminuiu um pouco e também foi preciso trocar as portas. Essa parede (ele aponta), era cheia de portas e tivemos que substituir por essa porta e essas janelas. O banheiro dos fundos era separado em sanitário e chuveiro, e com o tempo, meus tios fizeram um banheiro só.

5) Quais lembranças você tem nessa casa?

Muitas lembranças boas. Eu e meus primos sempre estávamos brincando ou no quintal da casa, ou no espaço da frente. Sempre tinha gente aqui e eu lembro que a gente ficava brincando com os pisos, pois eram bem coloridos e diferentes. O piso da frente era verde e amarelo e a gente sempre achou que era porque estávamos no Brasil. A gente também sempre quis entrar na cacimba do quintal, mas meu tio precisou tampar pra gente não se acidentar e também porque não usavam mais.

6) Você e sua família planejam conservar a casa?

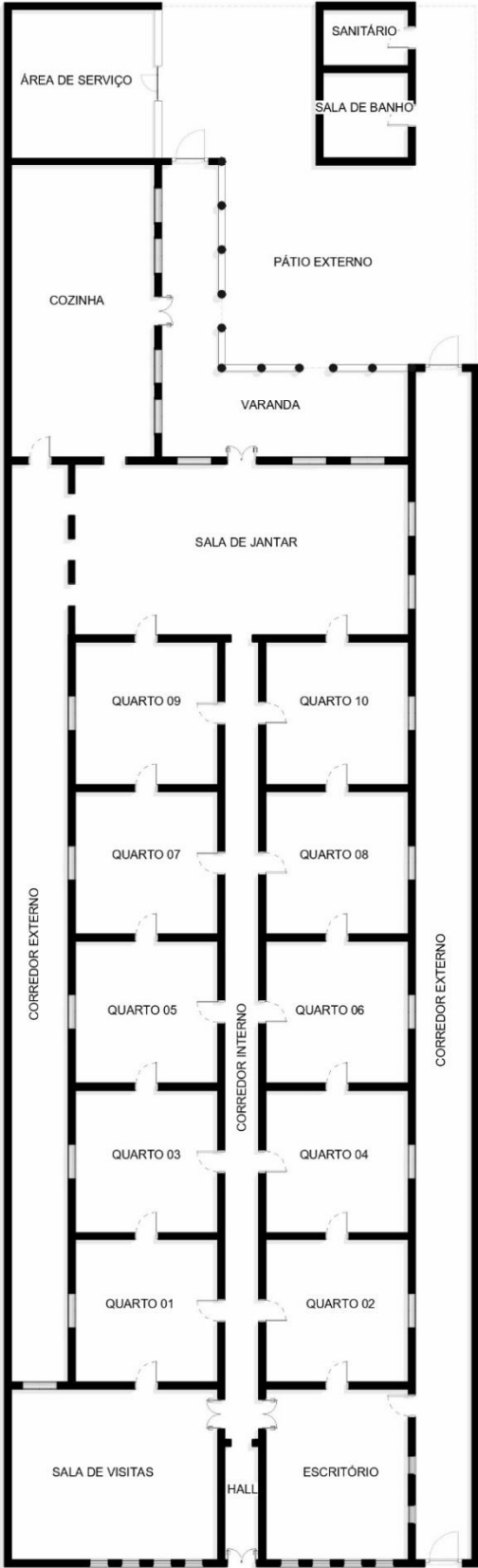
Sim, temos muito orgulho dessa casa estar na nossa família por tantos anos e por toda história dela e memória que ela nos traz. A gente sempre tenta manter o máximo de coisas nela, cuidando e conservando na medida do possível. É uma pena que algumas coisas fugiram do controle e não tivemos como salvar, mas na memória, essas coisas estão guardadas para sempre. Espero que muitas gerações da nossa família possam desfrutar dessa casa e construir lembranças felizes.

APÊNDICE C – REPRESENTAÇÃO EM *CROQUI* DA PARTE INTERNA ORIGINAL DA CASA 134.



Fonte: Autoral, 2024.

APÊNDICE D – CROQUI DA PARTE INTERNA DO CASARÃO DO PADRE CÍCERO.



Fonte: Autoral, 2024.

APÊNDICE E – *CROQUI DA CASA 308.*



Fonte: Autoral, 2024.

ANEXO A – DOCUMENTO REFERENTE AO RECONHECIMENTO DE PATRIMÔNIO MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE (DECRETO Nº 459, DE 27 DE MAIO DE 2019).



DECRETO Nº 459, DE 27 DE MAIO DE 2019

Institui o Tombamento Provisório de diversos bens localizados no Município de Juazeiro do Norte/CE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE, Estado do Ceará, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 72, incisos VII e com fundamento no artigo 216, §1º, da Constituição Federal e nos artigos 15, incisos III e IV, e 157, § 3º, ambos da Lei Orgânica Município de Juazeiro do Norte,

CONSIDERANDO o dever de proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os Sítios Arqueológicos locais;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de impedir a destruição e a descaracterização de bens de valor histórico, artístico ou cultural;

CONSIDERANDO o significado e o possível valor histórico, arquitetônico e cultural das edificações abaixo registradas e a importância de preservar marcos referenciais arquitetônicos que testemunharam as fases da evolução temporal desta cidade;

CONSIDERANDO a possibilidade do Poder Público Municipal realizar procedimento administrativo objetivando sujeitar a restrições parciais os bens imóveis cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da história ou por seu valor arqueológico, etnológico, bibliográfico ou artístico;

DECRETA:

Art. 1º Ficam provisoriamente tombados como patrimônio histórico, cultural e artístico do Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, os imóveis abaixo indicados:

- I – Casarão do Horto – Colina do Horto;
- II – Casa Museu do Padre Cícero – Rua São José, nº 242;
- III – Associação Artesão Mãe das Dores – Av. Padre Cícero, nº 210
- IV – Grupo Escolar Padre Cícero – Rua Santa Rosa;
- V – Santuário São Francisco das Chagas – Bairro Franciscanos;



- VI – Abrigo Nossa Senhora das Dores – Rua São José, nº 216;
 VII – Antiga Sede do Bispado – Rua São José, nº 120;
 VIII – Capela São Vicente de Paulo – Rua Santa Rosa, nº 19;
 IX – Capela Nossa Senhora das Graças – Rua Farias Brito;
 X – Casa dos Milagres – Largo do Socorro, nº 159;
 XI – Capela do Socorro;
 XII – Agência dos Correios – Rua da Conceição, nº 354;
 XIII – Av. Padre Cícero, nº 592;
 XIV – Associação Comercial – Rua São Pedro, nº 163;
 XV – Travessa Genésio Matos com Rua 24 de Março, nº 68;
 XVI – Casa Santinho Xavier – Av. Dr. Floro, nº 173;
 XVII – Cantina Zé Ferreira – Av. Padre Cícero, nº 158;
 XVIII – Rua São José, nº 110;
 XIX – Rua São José, nº 268;
 XX – Casarão dos Viana – Rua São Francisco com Av. Padre Cícero, nº 376;
 XXI – Rua Padre Cícero esquina com Rua do Cruzeiro, nº 286;
 XXII – Vila Lusitana – Rua São José, nº 509;
 XXIII – Rua Alencar Peixoto, nº 276;
 XXIV – Rua Padre Cícero, nº 42.

Parágrafo único – O rol de imóveis acima indicado não possui natureza exaustiva, podendo ser acrescido de outros bens *a posteriori* através de novo Decreto Municipal.

Art. 2º A partir da publicação do presente Decreto serão instaurados procedimentos administrativos de tombamento para cada um dos imóveis possivelmente sujeitos a tombamento indicados no artigo 1º deste Decreto.

§1º - Aos Procedimentos Administrativos de tombamento já iniciados antes da publicação da presente norma, aplicam-se todas as restrições e delimitações apontadas no presente Decreto.

§2º - Os Procedimentos Administrativos instaurados deverão se adequar à Legislação Municipal, caso esta seja alterada durante o seu curso.

Art. 3º A partir da publicação do presente Decreto ficam vedadas quaisquer obras ou intervenções na fachada, na coberta ou dentro dos limites do terreno dos imóveis indicados no artigo 1º desta norma, até a conclusão do respectivo Procedimento Administrativo que apontará a desconstituição do tombamento provisório ou concluirá por sua transformação em tombamento definitivo.



Prefeitura Municipal de
Juazeiro do Norte



Art. 4º Em caso de sinistro, demolição não autorizada e/ou obras que resultem em descaracterizações dos imóveis tombados, o Poder Público adotará as medidas administrativas e judiciais cabíveis para estabelecer a obrigatoriedade de reconstrução ou recomposição dos bens.

Art. 5º A colocação de toldos, engenhos publicitários e/ou indicativos situados na fachada do imóvel ou em seu terreno deverá ser previamente requerida no bojo do Procedimento Administrativo em andamento e só poderá ser concretizada mediante decisão administrativa incidental deferindo o pedido do proprietário.

Parágrafo Único – Os toldos, engenhos publicitários e/ou indicativos não poderão encobrir total ou parcialmente os elementos decorativos e/ou arquitetônicos de significação cultural que façam parte da fachada do imóvel ora provisoriamente tombado.

Art. 6º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Municipal José Geraldo da Cruz, em Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove (2019)./////

JOSÉ ARNON CRUZ BEZERRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE